

Jornal da Constituinte

Órgão Oficial de Divulgação da Assembléia Nacional Constituinte

Brasília, 1º a 7 de agosto de 1988 — Nº 56

PORTE PAGO
DR — BSB
ISR-47-331/86

Antes da aprovação do texto global, Ulysses garante à Nação que

INGOVERNÁVEL É A FOME

ADIRP/Reynaldo Stavale

Por uma ampla maioria de 403 votos, a Assembléia Nacional Constituinte assinalou, na última quarta-feira, dia 27 de julho, uma data histórica: estava aprovado, em segundo turno, o projeto global da nova Carta Magna do país. Apenas 13 constituintes colocaram-se contra a iniciativa, enquanto outros 55 se abstiveram de votar, num total de 471 parlamentares. Já está, pois, assegurado que o Brasil disporá de uma Constituição moderna, "uma Constituição cidadã", nas palavras do Presidente Ulysses Guimarães, cujo pronunciamento, antes da votação, publicamos a seguir:



O presidente Ulysses Guimarães é aplaudido pelo plenário após defender a soberania da Constituinte

"Quando iniciamos a votação do segundo turno do projeto da futura Constituição, testemunho o trabalho competente e responsável dos constituintes nas subcomissões, comissões temáticas, Comissão de Sistematização e no plenário, 39 mil emendas estudadas e apresentadas documentam esse extraordinário esforço e o empenho posto pelos constituintes em contribuir conscienciosamente para a qualidade do texto. Foi longa a travessia de 18 meses. Cerca de 5 milhões e 400 mil pessoas livremente ingressaram no edifício do Congresso Nacional. Quem leva, sem discriminação, contribuição ou crítica a fazer pôde ou pode, tempestivamente, fazê-lo. As portas estavam e continuam abertas: é só transpô-las.

Saúdo o relator Bernardo Cabral, que confirmou seu renome de jurista e sua espartana dedicação, coadjuvado pelos relatores-adjuntos Konder Reis, José Fogaça e Adolfo Oliveira.

Sem a compreensão e o talento dos líderes partidários não chegaríamos à fase atual de nossos trabalhos. Os funcionários, representados pelo secretário-geral da Mesa, Dr. Paulo Affonso, e representantes da imprensa merecem nosso reconhecimento.

O projeto submetido a segundo turno é longo — 321 artigos —, versando matéria complexa e tantas vezes controversa.

Inevitavelmente abriga imperfeições, previstas com a instituição de um segundo turno revisionista e pelo número de emendas e destaques apresentados. Existem, reconheço, vamos corrigi-las.

Mas, mesmo na fase atual, o projeto tem muito mais do que nos orgulharmos do que nos arrependermos dessa Constituição que escrevemos.

Assinale-se sua coragem em inovar, a começar pela arquitetura original de sua confecção, rompendo padrões valedudinários e enfrentando a rotina e o *status quo*.

Não ouvimos o *establishment*, encarnado no velho do restelo, conclamando, na praia alvoroçada da partida, Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral e Camões para permanecerem em casa, saboreando bacalhau e o caldo verde, ao invés da eventura das Índias,

A Carta restaura a Federação e tem cheiro de amanhã, não de mofo. Estamos aqui para fazê-la, não para ter medo.

do Brasil e dos Lusíadas e amaldiçoando "o primeiro que, no mundo, nas ondas vê-las quis em seco lenho".

Esta Constituição terá cheiro de amanhã, não de mofo.

Para não me alongar, reporto-me a alguns aspectos, que reputo inaugurais, do texto ora submetido ao crivo da revisão constituinte.

A soberania popular, sem intermediação, poderá decidir de seus destinos. Os cidadãos apresentarão propostas de lei, portanto nele terão a iniciativa congressual, e também os cidadãos poderão rejeitar projetos aprovados pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal. Portanto, os cidadãos propõem e vetam.

Poucas Constituições no mundo democrático têm essa presença direta e atuante da sociedade na elaboração dos preceitos de império em seu ordenamento jurídico. O Brasil será, assim, uma república representativa e participativa. Teremos a convivência e a fiscalização de mandatos e mandatários a serviço da sociedade.

Após quase 500 anos, o projeto redime a geografia do Brasil.

Nossa geografia é violentada pela concentração nacional de rendas e de competência. Nossa geografia é regional, é local e municipal, com municípios maiores do que muitos países.

Governar é tratar do social. A fome, a miséria, a ignorância, a doença inassistida são ingovernáveis

As urnas dão votos para os governadores e prefeitos administrarem. Mas só a autêntica Federação, que estamos organizando, dá o dinheiro para que tais governos dêem respostas às necessidades localizadas.

Federação é governo junto com o homem, não o homem correndo atrás do governo estadual ou de Brasília, freqüentemente longínquo e indiferente.

Esta alforria, do homem e de seus governantes, foi decretada pela transferência de 47% dos recursos da União para os estados e municípios.

Se não tivéssemos feito mais nada, só com isso teremos feito muito.

Cooperamos para a reversão da instável e injusta pirâmide social brasileira de 130 milhões de brasileiros carentes na base projetada para o ar e apoiada em seu vértice

Cidadão é o usuário de bens e serviços. Isso não acontece com milhares de brasileiros segregados pela sociedade

em Brasília, onde estão os recursos.

Com os hodiernos conceitos de seguridade, estamos entre os sete países que a adotam, instituindo a universalidade dos beneficiários, mesmo aos que comprovadamente não possam contribuir.

Como governar é encurtar distâncias, diminui-se pela equivalência a separação entre o trabalhador rural, com oito benefícios, e o urbano, com trinta e dois.

Quanto aos 11 milhões de aposentados, foi-lhes garantido o valor real dos proventos através do tempo, para que não sejam destruídos pela inflação, como hoje ocorre, ocasionando a humilhação, o desespero e a morte.

Senhoras e Senhores Constituintes.

A Constituição, com as correções que faremos, será a guardiã da governabilidade.

A governabilidade está no social. A fome, a miséria, a ignorância, a doença inassistida são ingovernáveis.

A injustiça social é a negação do governo e a condenação do governo.

A boca dos constituintes de 1987-1988 soprou o hálito oxigenado da governabilidade pela transferência e distribuição de recursos viáveis para os municípios, os securitários, o ensino, os aposentados.

Repito, esta será a Constituição cidadã. Porque recuperará como cidadãos milhões de brasileiros.

Cidadão é o usuário de bens e serviços do desenvolvimento. Isso hoje não acontece com milhões de brasileiros segregados nos guetos da perseguição social.

Esta Constituição, o povo brasileiro me autoriza a proclamá-la, não ficará como bela estátua inacabada, mutilada ou profanada.

O povo nos mandou aqui para fazê-la, não para ter medo.

Viva a Constituição de 1988!

Viva a vida que ela vai defender e semear!"

Retaliação

Não há dúvida de que a decisão governamental de determinar o corte no crédito a pequenas empresas e a produtores rurais, como reação à soberana medida aprovada pela Constituinte, anistando-os de dívidas contraídas na era do Plano Cruzado (micros e pequenos empresários) e Plano Bresser (míni, pequeno e médio produtores rurais), constitui-se em inaceitável retaliação, considerando-se que era de sua competência dar solução aos problemas conjunturais da economia e da sociedade. A omissão do Governo não deixou outra alternativa aos constituintes que buscaram socorrer esses setores da sociedade que vivem em angústia e ameaça permanente de despejo.

Entendemos que o Governo ao ignorar tal situação atinge, de forma indiscriminada, um setor econômico de larga significação social, que se caracteriza, em sua maioria, por pequenas empresas unifamiliares, enquanto da forma a mais contraditória possível mantém intactos interesses e privilégios de poderosos grupos econômicos.

O anunciado corte creditício, inicialmente calculado em 33 bilhões de cruzados, no mês de julho corrente, que, tradicionalmente, não é de grande demanda a recursos pelo setor agrícola, pode, mesmo assim, comprometer a produção na atual safra, por representar descapitalização de um setor que já enfrenta graves reflexos da situação de endividamento em que se encontra e também, por causa do vertiginoso processo inflacionário que resiste à medicação ortodoxa da área econômico-financeira do Governo.

Somos de opinião, portanto, que é chegada a hora de o Governo eleger novos setores da atividade econômica para virem dar a sua cota de sacrifício para que o país possa sair dessa que é das mais profundas crises da história republicana. Que selecione o latifúndio, principalmente o improdutivo; que penalize o capital; que invista contra os monopólios e os oligopólios; que cobre também a fatura das multinacionais e de bancos credores internacionais, articulados com o Fundo Monetário Internacional e com o chamado Clube de Paris.

E devolva, finalmente, à base da atividade rural brasileira a necessária tranquilidade para que esse importante setor da economia possa desempenhar o seu papel de equilíbrio no setor produtivo nacional.

Constituinte Vicente Bogo
(PMDB — RS)



Correções e ajustes

Quando Michelangelo Buonarroti terminou de esculpir o Moisés — que hoje adorna a nave lateral direita da Igreja de Santa Maria Magione, em Roma — teria exclamado: "Parla"! O gênio renascentista exprimia o senso da perfeição, o anjo da arte e da inspiração. Isso convém aos artistas, que são eternos, imortais.

A Constituição não é uma obra de arte. Não se destina à contemplação ou ao êxtase dos tempos. É para viver com a vida, instruir sua mudança e ser mudada por ela, toda vez que o anacronismo paralisar sua ação renovadora.

A imperfeição é o maior sinal de sua sintonia com a sociedade dos homens. Ainda mais quando a lei que edita institui o novo, muda instituições atrasadas, derruba privilégios, redistribui os bens e benefícios, alui preconceitos, valoriza a cidadania, domestica o Estado e eleva os valores da liberdade participativa e da justiça social.

O projeto de Constituição está aprovado. As correções e ajustes estão em curso, através das votações confirmadoras do segundo turno. Seu texto inaugura uma nova História. Desde as caravelas coloniais de Tomé de Souza que a Lei, entre nós, erguia-se como inviolável obstáculo aos anseios de mudança social que emanavam da sociedade oprimida. A nova Carta, tal como resultará após as correções a que está sujeita, colocará, pela primeira vez na evolução histórica nacional, a Lei a favor da superação de estruturas decadentes; a Lei que nasce será arrimo de nova sociedade.

O discurso do presidente Ulysses Guimarães deu nome à mentalidade que se inaugura após a criativa elaboração constitucional. Nada de marcha à ré. Não temos medo, nem saudade do passado e o Brasil anseia por uma aventura nova, capaz de decifrar o claro enigma de sua completa emancipação econômica, social e política.

A Constituição está aí e é de todos. Vamos nos preparar para a festa de sua promulgação, sem rancores ou ressentimentos, que o continente brasileiro incorpora todas as idéias, vontades, corporações, partidos, sob o império soberano da lei e da política, essa faca amolada que os povos cortam os cordões do atraso.

Marcelo Cordeiro
1º-Secretário da ANC

O direito de greve na Carta

O segundo turno de votação da Assembleia Nacional Constituinte enfrentará problemas polêmicos, com grande repercussão na ordem econômica e social, como o direito de greve.

É sabido que a greve surgiu nos tempos atuais como um fato puramente econômico. Realmente, em seus primórdios, este é o traço que a define: mero elemento de luta da classe operária, sem qualquer consequência direta no campo do direito. Em seguida, pela profundidade e intensidade com que afeta os interesses da sociedade, apresenta-se iniludivelmente como fato político-econômico.

Finalmente, a longa e árdua luta das classes obreiras coroou-se de êxito com a elevação da greve à categoria de direito, reconhecido e proclamado enfaticamente na legislação dos povos cultos e livres.

Na área dos países dominados pela ideologia marxista-leninista, sob a invocação da inexistência de luta de classes, não é admitido. Ao contrário, tem sido proibido e punido como grave infração penal. Pode-se, pois, dizer que a greve tem oscilado entre o direito e o delito. Direito, entre nós, nas sociedades democráticas; crime, nos regimes autocráticos.

No Brasil, a Carta outorgada de 1937 declarou a greve e o *lock-out* recursos anti-sociais, nocivos ao trabalho e ao capital e incompatíveis com os superiores interesses da produção nacional (art. 139), eufemismo para dissimular a proibição desse direito, que encontrava guarida nas Constituições dos povos livres.

Com a vitória das forças democráticas contra os países totalitários, o direito de greve, proscrito pela Carta constitucional de 1937, foi, em 1946, admitido pelo Decreto-Lei nº 9.070, para adequar a nossa legislação à recomendação da Conferência de Chapultepec, realizada no México, em 1945. Foi consignado na "Declaração dos Princípios da América", na ata final da conferência da qual o Brasil participou, o "reconhecimento do direito de associação, do contrato coletivo e do direito de greve", princípios que deveriam ser consagrados na legislação de todas as nações do continente.

Mas o fato de ser hoje a greve um ato jurídico implica, necessariamente, como professa o eminente Mario de La Cueva ("Derecho Mexicano del Trabajo", vol. 2º, pág. 801), na sua regulamentação, pois, "para que a ordem legal de um Estado faça produzir a um ato de vontade efeitos jurídicos desejados, é necessário que o ato reúna os requisitos de fundo e de forma previstos em lei".

Entre outros ilustres juristas, Josserand deu ao problema enquadramento preciso: "A tese do direito absoluto tem contato com partidários desejosos de fazer do direito de greve um direito sagrado, um superdireito; para eles a greve levaria em si mesma sua própria justificação, sua própria legiti-

midade e, salvo manobras que a coloquem sob a lei penal, acharia no terreno do direito civil uma escola de impunidade. Esta tese tem fracassado na doutrina como na jurisprudência; é anti-social e singularmente perigosa, desconhecer esta verdade inquestionável: que o direito de coalizão foi instituído pelo legislador em atenção a um fim determinado: a salvaguarda dos interesses profissionais. Tem sido compreendida, deste modo, como arma profissional; dita arma não poderia ser posta senão a serviço da profissão; se ela é utilizada com fins extraprofissionais, converte-se em um perigo para aqueles que a usam" (in "El Derecho del Trabajo y sus Contratos", de G. Cabanelas).

O *punctum prurens* desta delicada questão, nos países de regime democrático, reside precisamente em estabelecer, através de mecanismos adequados e prudentes, as condições para o exercício desse direito, de maneira responsável e pacífica.

No Brasil, a Assembleia Nacional Constituinte de 1946 repeliu a idéia de direito absoluto de greve, sem controle ou limitação, seguindo, nesse particular, princípio consagrado universalmente, na esteira do ensinamento de Josserand e outros, de que a greve não é um direito sagrado, intocável. E consignou no art. 158: "É reconhecido o direito de greve, cujo exercício a lei regulará".

A Constituição francesa do mesmo ano (preâmbulo, § VII), prescrevia que "le droit de greve s'exerce dans le cadre des lois qui le réglementent", princípio que vem reproduzindo literalmente no art. 40 da Constituição da Itália: "Il diritto di sciopero se esercita nell'ambito della leggi che lo regolano".

A Constituição da Colômbia reza no art. 18: "Será garantido o direito de greve, salvo nos serviços públicos. A lei regulará seu exercício".

A Constituição do Uruguai de 1966 estabelece no art. 57, alínea 2º: "A greve é declarada um direito sindical; sobre esta base se regulamentará seu exercício e efetividade".

A Constituição da França de 1958, feita sob inspiração e liderança de De Gaulle, limitou-se a assegurar o direito à greve, *tout court*. Mas, reforma posterior excluiu do texto constitucional essa referência, deixando a matéria para o Código do Trabalho.

A Constituição de 1967 tratou da matéria em dois dispositivos. No art. 162, prescreveu: "Não será permitida greve nos serviços públicos e atividades essenciais, definidas em lei". E no art. 165 assegura aos trabalhadores, além de outros direitos que visem à melhoria de sua condição social, no inciso XXI, "greve, salvo o disposto no art. 162". Isto vale dizer, ressalvados os serviços públicos e atividades consideradas essenciais, o direito de greve é amplo, cabendo à lei sua regulamentação.

Na votação do projeto de Consti-

tuição, em primeiro turno, a redação que afinal prevaleceu reproduz quase integralmente o art. 10 do projeto da Comissão de Sistematização, que diz: "É livre a greve, vedada a iniciativa patronal, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade e o âmbito de interesses que deverão por meio dela defender" (O grifo é nosso). A redação aprovada em primeiro turno repete o texto acima transcrito, excluindo apenas a palavra "âmbito".

É conveniente e oportuno registrar que em reunião das lideranças, realizada no gabinete do deputado Ulysses Guimarães, para resolver esse assunto, e da qual participei a pedido do líder do PFL, ficou acertada redação idêntica à que consta da Constituição italiana. No plenário, fomos surpreendidos com novo texto, resultante de fusão de emendas, que deu a malsinada redação aprovada pela Assembleia Nacional Constituinte.

Como assinalou-me, em rápido comentário sobre o assunto, o ministro Arnaldo Sussekind, em nenhuma constituição do mundo se atribui tal poder ao sujeito ativo das relações coletivas de trabalho. O sindicato dos trabalhadores é parte e afronta a lógica jurídica atribuir-se a uma das partes o poder de decidir sobre o momento da greve. Tem inteira procedência o comentário do preclaro Mestre. Ninguém pode ser parte e juiz ao mesmo tempo em qualquer demanda.

A Constituição espanhola — recente e tão citada — e também fonte de inspiração para muitos constitucionalistas, dispõe: "Reconhece-se o direito de greve aos trabalhadores para defesa de seus interesses".

A lei que regula o exercício deste direito estabelecerá as garantias precisas para assegurar a manutenção dos serviços essenciais da comunidade (§ 2º do art. 28)".

Como posta a questão no projeto da Constituição aprovado em primeiro turno, e tendo em vista que o Regimento da Assembleia Nacional Constitucional só admite, em segundo turno, emendas suppressivas ou de adaptação do texto, a providência correta, que pretendemos adotar, é apresentar emenda suppressiva das expressões: "competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade e os interesses que devam por meio dela defender". Voltar-se-á, de certa forma, à solução encampada pela Constituição de 1967: garante-se o direito de greve, cabendo à legislação ordinária regulamentá-lo, preservando o disposto no art. 11, § 1º, do projeto, tal como aprovado: "Quando se tratar de serviços ou atividades essenciais definidos em lei, esta disporá sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade." Não há outra alternativa, nem solução melhor.

Constituinte Aloysio Chaves
PFL — PA

EXPEDIENTE

Jornal da Constituinte — Veículo semanal editado sob a responsabilidade da Mesa Diretora da Assembleia Nacional Constituinte

MESA DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

Presidente — Ulysses Guimarães; **Primeiro-Vice-Presidente** — Mauro Beneditos; **Segundo-Vice-Presidente** — Jorge Arbage; **Primeiro-Secretário** — Marcelo Cordeiro; **Segundo-Secretário** — Mário Maia; **Terceiro-Secretário** — Arnaldo Faria de Sá. **Suplentes:** Benedita da Silva, Luiz Soyler e Sotero Cunha.

APOIO ADMINISTRATIVO

Secretário-Geral da Mesa — Paulo Affonso M. de Oliveira
Subsecretário-Geral da Mesa — Nerione Nunes Cardoso
Diretor-Geral da Câmara — Ademar Silveira Sabino
Diretor-Geral do Senado — José Passos Pôrto
Produzido pelo Serviço de Divulgação da Assembleia Nacional Constituinte.

Diretor Responsável — Constituinte Marcelo Cordeiro
Editores — Alfredo Obliziner e Manoel V. de Magalhães
Coordenador — Daniel Machado da Costa e Silva
Secretário de Redação — Ronaldo Paixão Ribeiro
Secretários de Redação Adjuntos — Paulo Domingo R. Neves e Sérgio Chacon
Chefe de Redação — Osvaldo Vaz Morgado
Chefe de Reportagem — Victor Eduardo Barrie Knapp
Chefe de Fotografia — Dalton Eduardo Dalla Costa
Diagramação — Leônidas Gonçalves
Ilustração — Gaetano Ré
Secretário Gráfico — Eduardo Augusto Lopes

EQUIPE DE REDAÇÃO

Maria Valdira Bezerra, Henry Binder, Carmem Vergara, Regina Moreira Suzuki, Maria de Fátima J. Leite, Vladimir Meireles de Almeida, Maria Aparecida C. Versiani, Marco An-

tônio Caetano, Eurico Schwinden, Itelvina Alves da Costa, Luiz Carlos R. Linhares, Humberto Moreira da S. M. Pereira, Clovis Senna, Luiz Cláudio Pinheiro, Marlise Ilhesca, Domingos Mourão Neto, Ijoanilde Américo Ferreira e Henda Fouad H. Jawabiri.

EQUIPE FOTOGRÁFICA

Reinaldo L. Stavale, Benedita Rodrigues dos Passos, Guilherme Rangel de Jesus Barros, Roberto Stuckert e William Prescott.

Composto e impresso no Centro Gráfico do Senado Federal — **CEGRAF**

Redação: CÂMARA DOS DEPUTADOS — ADIRP
— 70160 — Brasília — DF — Fone: 224-1569
— Distribuição gratuita



ADIRP/Castro Júnior



Um plenário lotado disse sim, em segundo turno, ao texto global. Agora resta votar os destaques

Nada sai se 280 não concordarem

As votações do segundo turno tiveram início com a aprovação do texto global do projeto de Constituição, segundo os termos apresentados pelo trabalho do relator Bernardo Cabral (PMDB — AM). A partir de agora a Constituinte entra na sua última fase e destaques somente serão aprovados por maioria qualificada (280 votos). Cada voto será, assim invariavelmente, o último. Serão mais de 700 dispositivos que merecerão a avaliação do Plenário e que, talvez, sejam modificados, segundo propostas apresentadas pelos constituintes.

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida com a solução pacífica das controvérsias, na ordem interna e internacional, promulgamos, sob a proteção de Deus, esta Constituição da República Federativa do Brasil.

TÍTULO I DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º — A República Federativa do Brasil, formada pela União indissolúvel dos estados e municípios, do Distrito Federal e dos territórios, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I — a soberania;
- II — a cidadania;
- III — a dignidade da pessoa humana;
- IV — os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V — o pluralismo econômico.

Votaram: 361
Sim: 348
Não: 6
Abstenção: 7

Essa primeira votação aprovou emenda apresentada pelos constituintes Naphtali Alves de Souza (PMDB — GO) e Carrel Benedito (PTB — AM), no mesmo teor. Ambas as propostas apresentavam supressão do que seria o inciso VI do art. 1º: "A convivência pacífica com a humanidade."

Parágrafo único — Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos, ou

diretamente, nos termos desta Constituição.

PODERES DA UNIÃO

Art. 2º — São poderes da União o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

OBJETIVOS DA REPÚBLICA

Art. 3º — Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I — garantir o desenvolvimento nacional;
- II — construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- III — erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV — promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Votaram: 339
Sim: 327
Não: 7
Abstenção: 5

Através dessa votação, a Constituinte acolheu emendas de autoria dos constituintes Chagas Neto (PMDB — RO) e José Fogaça (PMDB — RS) que vieram a produzir duas modificações no texto base. A que foi apresentada pelo primeiro suprimiu a expressão "independência" do inciso I, que, segundo a redação original, prescrevia: "garantir a independência e o desenvolvimento nacionais". Já o parlamentar gaúcho teve aprovada emenda que fez uma correção redacional no inciso III, que originalmente estava redigido da seguinte forma: "erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades entre as pessoas e as regiões".

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Art. 4º — A República Federativa do Brasil fundamenta suas relações internacionais nos seguintes princípios:

- I — independência nacional;
- II — prevalência dos direitos humanos;
- III — autodeterminação dos povos;
- IV — não-intervenção;
- V — igualdade entre os estados;
- VI — solução pacífica dos conflitos;
- VII — defesa da paz;
- VIII — repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- IX — cooperação entre os povos e o progresso da humanidade.

(Continua na próxima edição)



Bezerra de Melo



Amaury Müller



Beth Azize



Paulo Ramos



Adylson Motta

Ulysses usa a voz da soberania

No dia seguinte à fala do presidente José Sarney, o constituinte Ulysses Guimarães, em nome da ANC, assegurou que estava sendo elaborada uma "Constituição cidadã", contra a fome e a miséria. Seu pronunciamento foi aplaudido pelo Plenário, como uma garantia da soberania da ANC. Mais tarde, toda a Nação tomaria conhecimento do teor do pronunciamento, afinal divulgado na íntegra, em cadeia de rádio e televisão. O Plenário respaldou o discurso do presidente da ANC, aprovando, em segundo turno, o projeto de Constituição.

O pronunciamento do presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, teve importante repercussão em meio aos parlamentares, que apoiaram a iniciativa tomada em defesa dos trabalhos realizados. O constituinte Bezerra de Melo (PMDB — CE) considerou que, "após dias de tensão e alarmantes boatos, finalmente a Assembléia Nacional Constituinte respira aliviada". O parlamentar cearense disse que "o discurso do presidente Ulysses Guimarães e a aprovação por grande maioria do projeto do primeiro turno fizeram refluir as ondas avassaladoras que ameaçavam soçobrar o barco constituinte no mar encapelado de uma crise institucional".

Já o constituinte José Yunes (PMDB — SP) foi à tribuna, segundo disse, "para proclamar meu orgulho por fazer parte desta Assembléia Nacional Constituinte". E acrescentou que "a data de 27 de julho deveria ser inserida no calendário cívico nacional como "o dia da esperança". Afinal é este o sentimento que voltou a bater no peito de cada um de nós depois de 86% dos constituintes presentes em plenário aprovarem o texto do primeiro turno da futura Constituição brasileira".

O constituinte Amaury Müller (PDT — RS), por sua vez, elogiou a atitude de Ulysses Guimarães salientando que "A atitude vertical e histórica assumida pelo conjunto da Assembléia Nacional Constituinte, com arrimo no igualmente corajoso, mas não arrogante, pronunciamento do presidente Ulysses Guimarães, constitui, sem dúvida, a melhor resposta que a Casa poderia dar àqueles que, desfrutando do poder e usando o poder em benefício próprio, pretendiam jogar pedras no telhado do colegiado constitucionalista, com



Egídio Ferreira Lima

a clara intenção de intimidá-lo, de ameaçá-lo e submetê-lo aos seus desígnios subalternos".

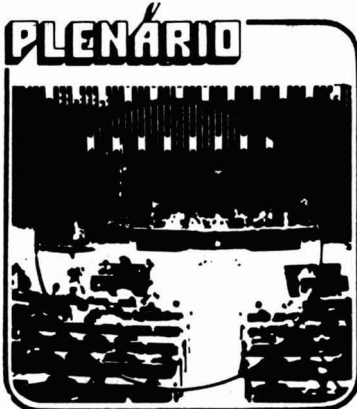
O constituinte Egídio Ferreira Lima (PMDB — PE), chamou a atenção para os fatos ocorridos na semana passada dizendo serem eles o início da maturidade do processo político brasileiro. "O episódio do presidente da República não seria inusitado, nem teria sido o único na nossa História, mas inusitada e única na História foi a reação do Plenário e da Constituinte. No dia imediato o presidente Ulysses Guimarães, não como presidente do PMDB, não como líder político, mas encarnando a Instituição, opôs-se à agressão do presidente da República e repudiou a investida deste imperador."

Para o constituinte Paulo Ramos (PMN — RJ), o pronunciamento de Ulysses Guimarães teve outras implicações. "Tivemos a oportunidade de afirmar a soberania da Assembléia Nacional Constituinte, que é hoje o único poder legítimo neste País." E prosseguiu: "A conduta firme do presidente da Assembléia Nacional Constituinte, respaldada por mais de 400 representantes legítimos do povo, fez com que o presidente da República ficasse situado no patamar da História a que está fazendo juz."

O constituinte Adylson Motta (PDS — RS) disse, por sua vez, que a Assembléia Nacional Constituinte viveu, no último dia 27, "o seu momento mais expressivo e mais grandioso desde a sua instalação, pois no momento em que, seguindo a tradição brasileira, o Executivo procurou estabelecer um confronto com este Poder, a Assembléia pôs-se num plano superior e, através da palavra de seu representante máximo, o seu presidente, com elevação, com grandiosidade, fez uma manifestação



Arnaldo Faria de Sá



A Assembléia pôs-se num plano visando a evitar o confronto, mas protegendo a soberania das decisões tomadas por deliberação expressa do voto popular

que restaurou a dignidade e preservou a soberania da Constituinte".

A constituinte Beth Azize (PSDB — AM) salientou primeiramente "o orgulho que todos os brasileiros, sobretudo as mulheres brasileiras, sentiram do presidente da Assembléia Nacional Constituinte, quando, numa verdadeira e autêntica posição de estadista, deu à nação a demonstração de sua autoridade e da soberania desta Constituinte". Ao mesmo tempo, entretanto, denunciou que estaria sendo planejada "a derruba-



José Genoíno

da de uma das maiores conquistas sociais dos trabalhadores brasileiros, ou seja, a aposentadoria proporcional da mulher, com 25 anos de trabalho".

A questão da aposentadoria e da seguridade social também foi tratada pelo constituinte Eduardo Jorge (PT — SP), que citou o número "bastante expressivo" de parlamentares que votaram favoravelmente ao capítulo específico da Previdência Social — recebeu 419 votos favoráveis dos 422 constituintes presentes —, lembrando igualmente que este foi um dos motes para atacar o texto elaborado pela Assembléia. Segundo ele, os dados citados pelo presidente da República, nos quais ficava revelada a falência da Previdência já no meio do ano que vem, foram falsos, pois, do orçamento da entidade, hoje existem 500 bilhões de cruzados que são considerados reserva técnica.

O constituinte Arnaldo Faria de Sá (PJ — SP), sobre esse ponto do pronunciamento do presidente disse ter ele falado "uma série de bobagens a respeito do que representaríamos os novos benefícios aprovados pela Previdência Social". Segundo Arnaldo Faria de Sá, os itens objeto do ataque do chefe do Governo foram amplamente discutidos e aprovados pelas lideranças partidárias. "E se a Previdência não tiver a soma de recursos necessária, o governo que contribua com a sua parte, o governo que suspenda a Norte-Sul e a Usina Siderúrgica do Maranhão."

Já o constituinte José Genoíno (PT — SP) procurou mostrar como deveria ser interpretada a votação do projeto de Constituição. "É importante deixar bem claro que aquela votação não significou e nem significa nenhum aval ao projeto de Constituição. Tanto do ponto de vista das posições de di-

reita, das posições de centro, como das posições de esquerda, aquele projeto será, agora, neste segundo turno, objeto de um processo apurado e polêmico de divergência, de disputa e de marcação de posição."

Para José Thomaz Nonô (PFL — AL) "apenas aqueles que são absolutamente incapazes de divisar a grandiosidade da obra que estamos fazendo poderiam vir a público propor zerar a Constituinte e inutilizar o trabalho anterior, postergá-la para o ano que vem, para os idos de maio, quem sabe?". José Thomaz Nonô afirmou que "existe dentro do PFL uma corrente numerosa que diverge, radical e fundamentalmente, daquilo que todos os dias ouvimos das bocas qualificadas dos líderes, titulares ou em exercício do partido", reconhecendo ainda o grande momento que foi a aprovação do texto aprimorado com o primeiro turno de votação.

O constituinte Victor Faccioni (PDS — RS) procurou ainda observar a situação política de um outro ângulo. "Sabemos que a grave crise que atravessa o nosso país é decorrente fundamentalmente do impasse político que estamos a viver, e que teria um equacionamento com a formação da Aliança Democrática, mas os desencontros da Aliança até esta data não permitiram que a consolidação da democracia se efetivasse, e nós esperamos que a disputa do poder não se agrave neste momento, antecipando a disputa da sucessão presidencial."

A questão da URP, dentro desta discussão, voltou a ser tratada. O constituinte César Maia (PDT — RJ) lembrou, por exemplo, que a URP foi criada pelo ministro Bresser com o objetivo de ser teto para os reajustes não somente salariais mas igualmente de preços para os diversos segmentos empresariais, fato que ainda hoje não se verificou.

Já o constituinte Paulo Paim (PT — RS) solicitou — a partir da reunião do Conselho Interministerial de Controle das Estatais que busca formas de repor as URP congeladas — que o Congresso Nacional siga o exemplo. O parlamentar mostrou ainda que o Centrão vai procurar, por sua vez, atuar no sentido de suprimir, em segundo turno, várias conquistas, fruto de acordo de lideranças, entre as quais a estabilidade para as lideranças sindicais.

Executivo dá lição, mas ninguém acata

No dia seguinte ao pronunciamento do presidente José Sarney, no qual o chefe do Executivo fez críticas ao trabalho da Constituinte em primeiro turno, a reação do Plenário foi grande. A defesa da soberania da ANC foi feita pela maioria dos constituintes. No dia seguinte o projeto de Constituição seria aprovado em segundo turno, ressalvados os destaques, e o presidente Ulysses Guimarães responderia que ingovernável é a fome, a miséria. Aqui, uma síntese das reações ao discurso do presidente José Sarney em rede de rádio e televisão.

O pronunciamento do presidente José Sarney provocou uma imediata repercussão nos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte. No dia seguinte ao discurso do presidente da República, muitos parlamentares foram à tribuna manifestar a sua opinião e a sua preocupação. A imensa maioria manifestou a sua discordância com as palavras do presidente.

O constituinte Gonzaga Patriota (PMDB — PE) por exemplo, considerou o pronunciamento uma ameaça à soberania da Assembleia Nacional. Para ele, “o presidente diz que com a promulgação da nossa Constituição o país será ingovernável. Não sei — prosseguiu ele — se o país está sendo governado agora, porque o presidente o que sabe fazer é jogar o povo contra o Poder Legislativo”.

Já Chagas Rodrigues (PSDB — PI) registrou a sua decepção com as palavras do presidente José Sarney. “Os altos índices de inflação tornam a vida insuportável para quase todos os brasileiros e, quando supúnhamos que o presidente anunciaria medidas corajosas, enérgicas e corretas para pôr fim à espiral inflacionária, S. Exa., vem numa fala infeliz, apresentar uma série de insultos e agravos à Assembleia Nacional Constituinte, que é livre e soberana e que foi eleita pelo povo, através do voto secreto e direto.”

TERRORISMO

O constituinte Robson Marinho, (PSDB — SP) por seu turno, qualificou de “incrível ação terrorista” e questionou os custos adicionais levantados pelo presidente da República para os itens referentes a anistia fiscal, previdência e assistência social, bem como outros ganhos no âmbito social. “Aos gritos, o presidente da República procurou jogar o povo contra a Constituinte.”

O constituinte Francisco Küster (PMDB — SC) também foi bastante incisivo. “Quero que o presidente desta Assembleia Nacional Constituinte saiba em nome dos brasileiros, em nome da nação, em nome dos próprios integrantes da Assembleia, da sua soberania,

reaja a esta agressão, que traz no seu bojo a tentativa de um golpe vil e covarde, que tenta desestabilizar a marcha e o ritmo da democracia e dos caminhos de uma vida digna para todos os brasileiros”.

O constituinte Celso Dourado (PMDB — BA) concordou com todas as críticas dirigidas, sobretudo no tocante ao ataque à soberania da Assembleia Nacional. Mas mostrou-se preocupado igualmente com a despesa realizada pelo presidente para ocupar, em cadeia nacional de rádio e televisão, em horário nobre, os 29 minutos necessários ao pronunciamento.

APOCALIPSE

Para José Costa, constituinte do PMDB de Alagoas, o tom do pronunciamento foi “apocalíptico”. O parlamentar lembrou a situação da economia brasileira no governo José Sarney considerando que “essa foi a herança de 20 anos de ditadura em que os escândalos das instituições financeiras foram custeados pelo Banco Central sem que o presidente Sarney, então líder do governo, manifestasse em qualquer momento a sua contrariedade”.

Dentro do próprio PMDB, entretanto, as opiniões não foram todas de repulsa. O constituinte Leite Chaves (PMDB — PR) salientou que o presidente da República fez seu alerta levando em conta as suas responsabilidades e o fato de ter ainda parte de seu mandato dentro dos ditames da nova Carta. Entretanto, fez uma ressalva lembrando que estas palavras não podem ser consideradas como um ataque direto à soberania da Assembleia Nacional.

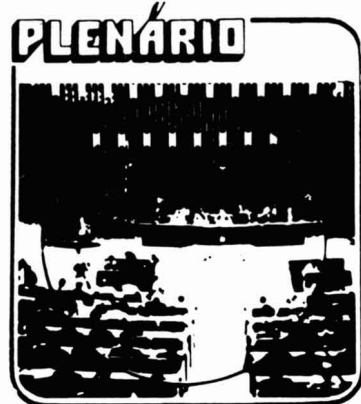
O constituinte Roberto Cardoso Alves (PMDB — SP), por sua vez lembrou que “esta Casa recebeu democraticamente, como deveria, aliás todas as influências, desde as mais modestas partidas das camadas mais profundas do povo brasileiro, até as mais significativas”. Desta forma, o parlamentar considerou válido o pronunciamento, pois, segundo disse, foi o momento de ser ouvido “o mais importante de todos os lobbies, o lobby do povo brasileiro, política e juridicamente organizado, o lobby do governo”, que em momento algum atacou os constituintes.

Mas se dentro do PMDB houve vozes discordantes, em muitos outros partidos, os parlamentares formaram um coro em que manifestaram de forma unânime sua preocupação com o pronunciamento presidencial. O líder do PDT, constituinte Brandão Monteiro, do Rio de Janeiro, além de criticar procurou traçar um quadro do que considerou serem os traços marcantes do governo atual. “É o governo mais incompetente da República; liquidou com as reservas cambiais do país; iludiu o povo com o Plano Cruzado; é um governo de escândalos, cuja CPI do Senado já mostrou,

ADIRP/Reynaldo Stavale



O líder do PMDB, Nelson Jobim, protesta contra o discurso de Sarney: uma posição suprapartidária.



A defesa da soberania da ANC foi feita pela maior parte dos parlamentares. Em menos de 24 horas, esta posição era confirmada pelo voto.

e é um governo que confisca salários”.

CRISE ECONÔMICA

O constituinte Amaury Müller (PDT — RS) considerou que o discurso do presidente José Sarney serviu apenas com uma tentativa de desviar a atenção do povo brasileiro para a grave crise econômica por que passa o país — crise esta, segundo ele, “em que ele próprio mergulhou o país”.

O constituinte César Maia (PDT — RJ) afirmou que as palavras do presidente da República procuraram atingir dois objetivos distintos. “O primeiro foi lançar uma nuvem de fumaça sobre a crise econômica, e em segundo lugar procurou jogar a população contra a classe política, repetindo fórmulas antigas e autoritárias”.

O constituinte Adroaldo Streck, (PDT — RS) entretanto procurou salientar um outro ponto. “O presidente conseguiu os cinco anos, mas promulgada a nova Constituição, vai diminuir no mínimo 50% seu poder de fogo, seu poder de decisão, o poder de mando do próprio presidente da República”.

No entender do constituinte Mário Maia (PDT — AC), o presidente deu ouvidos a maus conselheiros. Segundo o parlamentar “a nação presenciou no seu pronunciamento, mais uma demonstração de incompetência, falta de objetividade, vazio de idéias e incoerência”.

MANDATO

O constituinte Lysâneas Maciel (PDT — RJ) acredita que esta seja mais uma demonstração do “inegável apetite pelo poder” do presidente da República, pois no caso de serem zerados os trabalhos da Constituinte a primeira consequência seria “outorgar mais um ano para Sarney”.

Para o constituinte Victor Facioni (PDS — RS), no entanto, o pronunciamento poderia ser encarado por um observador mais atento como o de alguém que tivesse “chegado ontem ao Brasil de uma longa viagem, pois procedeu como alguém que estivesse estado alheio ao processo constituinte durante este ano e meio em que a Assembleia esteve trabalhando”.

O constituinte José Genoíno (PT — SP) considerou que o presidente José Sarney não tem condições políticas legais e éticas para vir perante a opinião pública e dizer o que disse em relação à Assembleia Nacional Constituinte. Além disso, frisou que o presidente “omitiu pontos e faltou com a verdade em suas palavras”.

INGENUIDADE

Para a constituinte Benedita da Silva (PT — RJ) “o presidente José Sarney ou é ingênuo demais na medida da sua abordagem, ou en-

tao teve uma atitude leviana com relação às conquistas que os trabalhadores e vários segmentos sociais tiveram na Assembleia Nacional Constituinte”. E acrescentou: “ouvi perplexa, pois recebi o voto direto do povo para aqui defendê-lo e tive que ouvir quase meia hora de disparates”.

O constituinte Ademir Andrade (PSB — PA), por sua vez, lembrou o lema do governo Sarney de “Tudo pelo Social”, lembrando inclusive que o presidente chegou a afirmar que não pagaria a dívida externa com o sacrifício do povo brasileiro, mas que atualmente o que se verifica é justamente o contrário, com a contenção do consumo e uma política determinada pelo FMI.

A constituinte Raquel Cândido, de Rondônia, atualmente sem partido, afirmou que o Parlamento brasileiro sofreu uma das maiores agressões de sua história, dizendo inclusive que os constituintes não se intimidariam diante das palavras do presidente da República.

GOLPE

Para Dirce Tutu Quadros, constituinte do PSDB de São Paulo, José Sarney “não vai à televisão explicar o seu governo, mas não se inibe em tecer reparos a atuação da Assembleia Nacional Constituinte, que deveria ser respeitada”. E arrematou: “Se o senhor José Sarney não pensou ainda, deveria atentar para o fato de sua postura conservadora e consoante com os interesses do grande capital externo estar preparando o terreno pantanoso onde se dão os golpes de estado”.

O constituinte Nelton Friedrich, (PSDB — RS), finalmente lembrou que não basta que a soberania da Assembleia Nacional fique no papel para ser esquecida em “manifestações e ações que buscam atropelar os seus trabalhos” e solicitou ao presidente da Assembleia Nacional Constituinte uma resposta ao pronunciamento do governo.



De pé, o Plenário aplaudiu a fala de Ulysses Guimarães em defesa da Constituinte. Depois, votou maciçamente em favor do Projeto de Constituição.

Plenário reage: quer Carta já

A ameaça de rejeição integral do Projeto de Constituição, no início da votação em segundo turno, acendeu o debate em plenário sobre a urgência da aprovação da nova Constituição. Ao reagir contra as manobras, alguns parlamentares identificaram as articulações como oriundas do Palácio do Planalto e de setores empresariais — em especial, de multinacionais. Mas, a resposta concreta do plenário foi a aprovação do projeto integral, ressaltando as votações de emendas e destaques.

No reinício dos trabalhos da Constituinte para votação em segundo turno do Projeto de Constituição, os parlamentares centraram suas discussões em torno do recente pronunciamento do deputado José Lourenço (PFL — BA), através da imprensa, propondo “zerar” o texto já aprovado.

Na opinião do constituinte Haroldo Lima (PC do B — BA), a proposta do parlamentar José Lourenço é mais uma manobra golpista do governo. Ele acusou ainda o presidente José Sarney de tornar o país ingovernável.

No seu entender, os ataques contra a Constituinte partem de três vertentes interligadas, que são as multinacionais, o governo federal e os parlamentares reacionários que agem no Parlamento contra os interesses do povo.

Quanto às multinacionais, Haroldo Lima disse que elas agem de forma insolente e atrevida contra a Constituinte, usando a força do poder econômico para tentar suprimir da nova Carta as conquistas alcançadas pelo povo.

Por fim, o líder do PC do B acusou algumas lideranças partidárias dentro da Constituinte de agirem sob a influência das multinacionais, numa clara manifestação antinacional, e conclamou todo o plenário a reagir contra “essas manobras golpistas”.

ANARQUIA

Por sua vez, o constituinte Egídio Ferreira Lima, do PMDB de Pernambuco, sugeriu ao governo mais reflexão sobre a questão, pois entende que, se o Projeto de Constituição for rejeitado em blo-

co, o país irá rumo à anarquia institucional.

Na sua opinião, dissolver esta Constituinte “é preparar o caminho para o impasse. O governo precisa é se preparar para colocar em prática a nova Constituição, e, com ela, consolidar a democracia no país, disse”.

PUNHALADA

O deputado pelo PDT do Rio Grande do Sul, Amaury Müller considerou a ameaça de dissolução da Assembléia Nacional Constituinte, uma atitude desrespeitosa de determinados setores da sociedade brasileira que, comprometidos com o que há de mais retrógrado e reacionário neste país, pretendem uma vez mais, apunhalar a liberdade e interromper a marcha do povo rumo à democracia.

Segundo o parlamentar, o povo brasileiro tem pressa de que seja aprovada e promulgada a nova Constituição, não só para que o império da lei seja a bússola que orientará as novas relações entre os cidadãos e o estado, a nação brasileira e outras nações, como também para que sejam fixados os parâmetros de um novo pacto econômico e social, capaz de contemplar, com direitos plenos, milhões de brasileiros hoje impedidos até de falar, opinar e decidir.

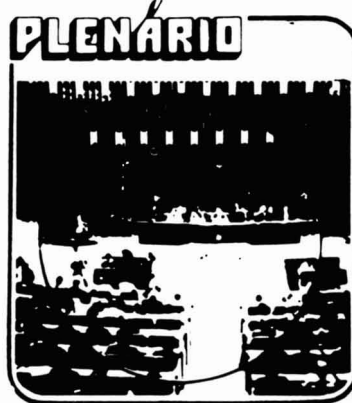
LEGITIMIDADE

Por sua vez, o constituinte Paulo Ramos, do Rio de Janeiro, solidarizou-se com as declarações que o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, e o ministro da Previdência Social, Renato Archer, deram sobre a soberania e legitimidade da Constituinte para decidir sobre as questões que interessam ao futuro dos brasileiros.

Segundo Paulo Ramos, o ministro Renato Archer desmontou a mentira que o governo queria impingir à nação, quando propagandeava que a Previdência não tinha dinheiro para pagar os novos encargos criados pela Constituinte.

PODER LEGÍTIMO

Ao denunciar que a Assembléia Nacional Constituinte vem sendo assaltada por grandes lobbies de banqueiros e multinacionais, Humberto Souto, do PFL de Minas Gerais, condenou o que ele considera pressões ilegítimas sobre um poder legítimo.



O governo foi acusado de tramar a derrubada do Projeto de Constituição. As empresas estrangeiras foram apontadas como autoras da manobra.

Para o representante mineiro é preocupante a manifestação de líderes partidários em favor da paralisação da Constituinte, quando esta Assembléia procurou debater o Brasil real e dessa discussão fez nascer um novo estatuto para o futuro do país.

Segundo Humberto Souto, o projeto aprovado em primeiro turno, é moderno, progressista e sério.

REAÇÃO

Já a parlamentar Abigail Feitosa (PSB — BA) denunciou “às forças reacionárias, os setores retrógrados e as aves agourentas que estão tentando anular as pequenas conquistas sociais do Projeto de Constituição”.

Segundo a parlamentar baiana, o desespero desses setores é maior porque agora será mais difícil reunir 280 constituintes dispostos a desfazer o que já foi feito no primeiro turno.

Para Abigail Feitosa, “as multinacionais e os setores atrasados do empresariado nacional estão exercendo o *jus sperneandi* daqueles

que já se sentem derrotados”. E sugeriu a esses empresários que “se mirem no espelho do seu colega paulista Ricardo Semler, que prega a eficiência em suas empresas e não quer mamar nas tetas do governo ou viver de anistias e de favores fiscais, como querem os demais”.

PRESSÃO

Para o líder do PT do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra, as pressões contra a votação em segundo turno do texto constitucional exercidas por certos grupos podem ser “uma vontade ou um jogo, mas o certo é que elas têm raízes dentro do próprio governo e se alastram em outras áreas do grande patronato, que está se sentindo ameaçado com conquistas tão modestas pelas forças progressistas, liberais e democráticas e pela pressão popular no texto já aprovado”.

Segundo Olívio Dutra, o Partido dos Trabalhadores não abre mão de sua visão crítica contra a votação pela globalidade do texto constitucional, “porém isto não significa que o PT se junte ao voto da direita, do Centrão e do governo para tentar zerar o processo Constituinte”.

MANOBRAS

Na opinião de Renan Calheiros (PSDB — AL), a Constituinte está sob ameaça de golpe. O governo do presidente José Sarney, esquivando-se da responsabilidade que tem pelo caos em que se encontra o país, investe agora, pesadamente, na crise política, urdindo manobras para alterar o curso normal de conclusão dos trabalhos da Constituinte.

Segundo o constituinte alagoano, o que o governo quer é impedir os avanços já consagrados no texto constitucional, pois promove principalmente uma importante descentralização do poder político, administrativo e financeiro para outros setores, notadamente para as esferas estadual e municipal.

MARCHA TRAVADA

Para o representante do PTB de São Paulo Sólton Borges dos Reis, os constituintes foram eleitos com a responsabilidade de uma tarefa importantíssima e específica, qual seja, a elaboração de uma nova Constituição para este país, e que, a seu ver, está tendo o empenho

de todos na plenitude de suas possibilidades. Porém, segundo afirma o parlamentar petebista, estão surgindo forças opostas à nova Constituição que querem estancar o processo de democratização e travar a marcha final da nova Carta, o que chamou de crime de lesa-pátria.

EMPRESARIADO

Na opinião do constituinte Fernando Santana (PCB — BA), “as grandes empresas multinacionais tiveram a ousadia de procurar o presidente da República e o da Assembléia Constituinte nos termos da votação da nova Carta em primeiro turno para transformá-los em advogados de seus interesses mesquinhos e exploratórios no país, não ficando atrás o empresariado nacional, que também decidiu apoiá-las”.

Segundo o parlamentar, “essa onda cresceu a tal ponto, que um dos nossos constituintes, para infelicidade da Bahia, o deputado José Lourenço, disse que era necessário zerar esta Constituição”.

Para Fernando Santana, “a votação em segundo turno da nova Carta deve ser realizada com as modificações necessárias e não obedecendo às ordens das multinacionais”.

CONJUNTURA

Para Aécio de Borba, do PDS do Ceará, vivemos uma angústia de “zerar” ou não a Constituição, por outro lado — acentuou —, a preocupação maior é com a situação econômica nacional. As empresas e, de uma maneira geral, toda a classe produtora, estão apavoradas diante da situação que se estabelece. Há três meses não se pode fazer o preço da correção da inflação nos produtos fabricados, porque se acumulam na prateleira.

Diante dessa situação que se espalha, também por quantos outros setores de relacionamento comercial existam e fora deles, fica apenas a intermediação, que se mantém, não pelo volume de vendas, mas pelo tresloucar da inflação, que, acelerada como está, cobre qualquer divergência entre a venda e a aquisição, pela valorização cotidiana do dinheiro, afirmou.

Em sua opinião, a nação está terrivelmente apavorada, sem vislumbrar qualquer possibilidade de modificação imediata.



Bernardo Cabral exige o parecer sobre emendas a Ulysses, cercado de outros constituintes.

Relator vence outra maratona

Uma vez mais, a maratona do relator. Em cinco dias — incluindo um sábado e um domingo — dar o parecer sobre 1.844 emendas ao projeto de Constituição que começou a ser votado em segundo turno. Auxiliado por três contituientes — Antônio Carlos Konder Reis (PDS — SC), Adolfo Oliveira (PL — RJ) e José Fogaça (PMDB — RS) — o deputado Bernardo Cabral examinou uma a uma as emendas dos 559 constituintes e ofereceu seu parecer.

Numa referência a este estafante trabalho e ao rigor nos critérios com que o relator opinou sobre cada uma das emendas, o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, garantiu: "Estamos avançando, estamos andando, estamos cumprindo etapas."

Ulysses, em seu discurso, ao receber o parecer, fez questão de dar seu testemunho sobre a atividade do deputado Bernardo Cabral e seus relatores-adjuntos:

— Fizeram um trabalho extraordinário. Fui testemunha do mesmo. Verifiquei a qualidade do debate e confirmo que tudo foi minuciosamente discutido, examinado.

Para o presidente da Constituinte, a história haverá de reconhecer este trabalho. Depois de citar nominalmente o relator e seus auxiliares, previu:

— Quando se compulsar, anos

afora, o que se fez, estes nomes além de outros estarão presentes no reconhecimento e no conhecimento da posteridade daqueles que se preocuparam com este documento político e público. Números e critérios

Das 1.844 emendas registradas na secretaria geral da Constituinte, no prazo regimental de 7 a 11 de julho, três foram retiradas pelos seus próprios autores; 436 receberam parecer favorável; 40 tiveram parecer "parcialmente favorável"; 73 foram prejudicadas, enquanto 1.236 tiveram parecer contrário do relator. Além disso, por decisão do presidente da Constituinte, 56 emendas foram consideradas sem qualquer pertinência com os dispositivos regimentais e, por isso, não serão submetidas à votação do plenário.

Para o parecer, o relator Bernardo Cabral levou em conta cinco critérios básicos:

a) consideração dos acordos de liderança que orientaram a maioria das votações de proposições sobre temas polêmicos;

b) consideração dos textos resultantes de fusões de emendas;

c) acolhimento das emendas que propuseram o restabelecimento do texto do vencido no primeiro turno de votação, ainda que, em inúmeros casos, a redação proposta pareça fiel ao conteúdo aprovado e sob forma mais ade-

quada, cabendo, assim, ao plenário decidir em caráter definitivo;

d) aceitação de todas as emendas que sanam contradições ou erros de técnica legislativa;

e) juízo de valor sobre as emendas supressivas de mérito, tendo em vista o interesse público e só este.

No ato de entrega do parecer ao presidente da Constituinte, no último dia 20, Bernardo Cabral justificou o alto número de pareceres favoráveis como uma demonstração do "aprimoramento que os constituintes fizeram, quebraram arestas, sanaram muitas omissões, corrigiram erros."

Em seu discurso, o relator destacou a participação do presidente Ulysses Guimarães, que, "nos cinco dias — de manhã, de tarde e de noite — permaneceu conosco". E confirmou o que dissera o presidente sobre o criterioso trabalho: "Cada emenda, isoladamente, teve o seu exame. Não houve uma sequer que não passasse."

Por fim, Bernardo Cabral lançou um desafio ao plenário da Constituinte ao dizer que "é no voto que se vê a consagração. Não se atalha caminho pela via oblíqua da proibição" — acrescentou para indicar que seu parecer, favorável ou contrário, é apenas uma orientação ao plenário, não uma decisão final.

Vencem os prazos. Agora, plenário

O projeto da Carta começou a ser votado em plenário na última quarta-feira, 27-7, cumprindo a Assembléia Nacional Constituinte os prazos fixados pela mesa diretora para a etapa final dos trabalhos.

A discussão em segundo turno do texto consolidado pelo relator encerrou-se no dia onze, quando terminou também o prazo para que os constituintes apresentassem emendas supressivas, corretivas e de redação à matéria aprovada em primeiro turno. Na terça-feira, 12, as emendas foram impressas e começaram a ser distribuídas aos constituintes. Foram 1.844 propostas de alterações ao texto, sobre as quais o relator Bernardo Cabral e seus relatores-adjuntos se debruçaram nos dias 14, 15, 16, 17 e 18.

No dia 18, segunda-feira, o parecer do relator sobre as emendas foi entregue ao deputado Ulysses Guimarães, que determinou sua impressão e distribuição aos constituintes. Dias 21 e 22, os constituintes puderam apresentar requerimentos de destaque para as emendas e partes do projeto que desejavam ver votadas em separado. No sábado, 23, e domingo, 24, os destaques, em número de 1.744, foram ordenados e selecionados.

O projeto, com o parecer sobre as emendas e os destaques já selecionados, entrou na Ordem do Dia em plenário no dia 27. Todas as etapas foram vencidas. Só faltava mesmo a sua votação. (Ver página 3.)

A melhor das Cartas que o país já teve

Ao receber o parecer do Relator Bernardo Cabral sobre as emendas ao projeto de Constituição "B", o presidente da Assembléia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, pronunciou o seguinte discurso:

"Meus amigos, como vocês estão verificando e a opinião pública vai registrar, estamos avançando, estamos andando, estamos cumprindo as etapas. O relator Bernardo Cabral e os companheiros que o acompanham como relatores ou relatores-adjuntos fizeram um esforço extraordinário. Fui testemunha do mesmo. Verifiquei a qualidade do debate pelo relator, pelos relatores-adjuntos que aqui estão, eventualmente por aqueles que participaram mais ativamente da elaboração do texto no primeiro turno, e confirmo aqui aquilo que disse o nosso relator Bernardo Cabral, isto é, que não houve emenda — de quase duas mil emendas apresentadas — que não fosse examinada, discutida, para que, ao final, o parecer fosse exarado. Quero dizer que, apesar da qualidade da assessoria que temos na Câmara e no Senado — e quero também trazer aqui a nossa moção, a nossa manifestação de reconhecimento —, alguns passaram noites sem dormir, mas, apesar dessa qualidade, não houve delegação. Fizeram o seu trabalho, mas foi examinado pelo relator e pelos seus companheiros de trabalho. Desejo, pois, agradecer mais uma vez ao relator Bernardo Cabral e aos nossos companheiros José Fogaça, Konder Reis e Adolfo Oliveira esse esforço extraordinário que, sem dúvida nenhuma, ficará registrado nos Anais da Constituinte brasileira. Quando se compulsar, anos afóra, o que se fez, estes nomes, além de outros, estarão presentes no reconhecimento e no conhecimento da posteridade daqueles que se preocuparam com este documento político público.

Quero dizer a vocês que, no desenvolvimento do nosso trabalho, já convoquei, pedi aos líderes partidários e forças representativas que estivessem aqui conosco depois de amanhã, quarta-feira, às 11 horas, nesta sala, para examinarmos principalmente as partes mais controvertidas da matéria. Fiz um apelo pelo telefone, repito aqui, no sentido de que os eminentes líderes tragam as suas observações, a sua apreciação, mas nos limites do estritamente necessário, porque se formos examinar, nas nossas reuniões, as 1.500, 1.700, não sei quantas emendas, evidentemente não faremos esse trabalho de triagem que desejamos fazer para ver a matéria que tem um acordo geral e onde haja divergências, que são, aliás, democráticas.

Confirmo, é claro, a reunião para segunda-feira próxima e espero que possamos nos utilizar da manhã e da tarde. Conto muito com isso, e por isso vou pedir que fiquemos até tarde com os líderes, para não ocuparmos as manhãs,

porque há simultaneamente, nós sabemos, as preocupações de todos os constituintes com as eleições municipais, que têm atos partidários que devem ser exercitados em matéria de convenção para indicação dos candidatos. Nós vamos compatibilizar, fazer um trabalho intenso durante a semana, para liberar os companheiros sem prejuízo da elaboração ou ultimização do trabalho constitucional.

Estou certo, meus amigos, do seguinte: vamos ter número, e número suficiente, porque o constituinte sabe que, se não estiver aqui e estiver lá, lá não estará bem; prestará até um serviço ao seu candidato e ao seu partido estando aqui, no sentido de que possamos terminar a Constituição, mesmo porque milhões de pessoas vão ser beneficiadas por esta Constituição. E se nós queremos a eleição, queremos ir para o palanque, queremos eleger prefeito, evidentemente, para dar resposta positiva às necessidades do país no âmbito municipal, é claro que uma das formas melhores de fazermos isso é aprovarmos logo o texto constitucional, para que ele ou entre em vigor ou, mesmo gerando uma expectativa, seja uma segurança de que aquilo será atingido dentro de um prazo rápido, ou uma elaboração posterior.

Meus amigos, ao terminar, desejo reafirmar a vocês o seguinte: eu cada vez mais me entusiasmo por esta Constituição. Não é corujice, porque ela não é filha minha; eu sou uma parte de todo esse esforço. Se tivesse de haver pai, e isso não constitui desdouro, no caso, ao contrário: há pluralidade de pais. Estão aqui muitos deles, principalmente o nosso relator, que é o pai-mor, e os outros companheiros, os adjuntos, que o ajudaram a elaborar este documento.

Esta Constituição — e poderiam me perguntar por quê —, desejo dizer que esta Constituição difere e é melhor que todas as Constituições deste país. (Muito Bem! Palmas.) E por que é melhor? Porque o cidadão é melhor, o cidadão é fundamental na vida política, social e econômica de uma nação. E esta é uma Constituição cidadã, porque se volta para o cidadão, se volta para as mulheres deste país. Não é uma Constituição taumaturga, não é uma Constituição messiânica. Com esta Constituição não se vão resolver todos os problemas do Brasil, mas com esta Constituição vão ser resolvidos, a curto e médio prazos, muitos problemas: os problemas dos necessitados, os problemas dos miseráveis, dos carentes, dos desajustados deste país. Esta é a Constituição que estamos elaborando.

Meus amigos, agradeço a vinda de vocês até aqui e agradeço mais uma vez ao nosso eminente relator este trabalho de qualidade, este trabalho que terá a durabilidade do tempo. Muito obrigado, Bernardo Cabral. Muito obrigado, caros companheiros relatores-adjuntos. (Muito bem! Palmas.)

Plebiscito é reabilitado: o povo volta a decidir

O plebiscito, ou consulta popular, acaba de conhecer momentos áureos para sua reabilitação dentro da Assembléia Nacional Constituinte. Mesmo que a votação desse final do primeiro turno não tenha confirmado algumas pretensões para essa prática democrática que não pegou muito no Brasil (só uma única vez usada a nível nacional, ao tempo do presidente João Goulart), o plebiscito poderá, a partir de agora, ser incluído entre as práticas que frequentarão a vida política brasileira. Pelo menos uma dezena de constituintes apresentaram emendas para realização de plebiscitos, com o objetivo de auscultar a preferência popular a respeito de diferentes questões, como a forma de governo (república ou monarquia constitucional) e o sistema de governo (parlamentarismo ou presidencialismo) até a criação de novas unidades federadas.

Ao contrário da argumentação daqueles que rejeitam essa forma de participação popular nas decisões de temas ditos polêmicos ou que dividem de maneira igualitária as opiniões da grande massa populacional, o constituinte Cunha Bueno (PDS — SP), autor da emenda já aprovada por 500 votos (495 registrados no painel eletrônico e mais 5 que, por falha técnica, não apareceram no letreiro luminoso do plenário) para realização de plebiscito sobre a forma e o sistema de governo, garante que “consultar o povo faz parte da moderna democracia representativa, não havendo incompatibilidade entre a adoção dos mecanismos de consulta popular e a representatividade”.

Resultado de uma fusão de emendas no mesmo sentido, a proposta que estabeleceu a data de 7 de setembro de 1989 para que o povo defina, através de plebiscito, a forma (república ou monarquia constitucional) e o sistema de governo (parlamentarismo ou presidencialismo) a vigorarem no país foi aprovada a 1º de junho, portanto, uma das primeiras sobre a realização de plebiscitos no Brasil. Conhecido como o monarquista da Constituinte, o Deputado Cunha Bueno vê no sistema de governo implantado no país em 1889 (república) a principal causa dos males que afligem o Brasil “em sua precária trajetória constitucional de lá para cá”.

Segundo ele, “o Brasil, que no passado tinha sido um país estável politicamente, entrou, a partir do golpe militar de 1889, para o rol da instabilidade em que se inseriam as demais repúblicas latino-americanas. De acordo com o Decreto nº 1, do regime republicano, este seria provisório, mas tudo que é provisório no Brasil acaba durando, e a República provisória já fará quase um centenário!” Depois de acentuar que a República brasileira é filha ilegítima do mili-

tarismo e da doutrina positivista do francês Augusto Comte, o representante do PDS paulista lembra que o povo não participou da escolha dessa forma de governo, mas, no dizer do ministro do próprio governo provisório, Aristides Lobo, o povo assistiu “beatificado” ao ato militar de proclamação da República. Cunha Bueno lembra também, um defensor do plebiscito na pessoa do almirante Saldanha da Gama, na famosa Revolta da Armada, quando diz: “A lógica, assim como a justiça dos fatos, autorizaria que se procurasse, à força das armas, repor o governo do Brasil onde estava a 15 de novembro de 1889, quando, num momento de surpresa e estupefação nacional, ele foi conquistado por uma sedição militar, de que o atual governo não é senão uma continuação. O respeito, porém, que se deve à vontade nacional livremente manifestada aconselha que ela mesma escolha solenemente e sob sua responsabilidade a forma de instituição sob que deseja envolver seus gloriosos destinos.” Para o representante paulista o anseio nacional de realizar um plebiscito sobre a forma de governo tem sido negado sistematicamente. Prometido pelos republicanos, cobrado por Saldanha da Gama, bombardeado por Floriano Peixoto, o plebiscito encontrou nas próprias Constituições brasileiras seu mais sério adversário, porque a Constituição de 1891 e todas as demais sempre trouxeram a denominada “cláusula-pétrea” proibindo sequer a discussão de qualquer proposta tendente a abolir a república, “numa espécie de autodefesa antidemocrática da própria república”.

REPRESENTATIVIDADE

Um ponto que o deputado Cunha Bueno faz questão de ressaltar quando defende o plebiscito é que a consulta ao povo faz parte da moderna democracia representativa e que ele não constitui nenhum arranhão na representati-

dade do regime democrático. Em defesa de sua assertiva, ele cita o exemplo dos Estados Unidos, que, desde a década de 20, adotam diversos mecanismos de consulta popular — plebiscito, referendo, recall e iniciativa popular legislativa — como meios de fortalecimento da democracia. “E nunca o Congresso norte-americano viu a diminuição em seus poderes e sua respeitabilidade”, observa ele, para indagar, em seguida:

“Por que tanto medo de se ouvir o povo a respeito de uma questão tão fundamental, que é a forma de governo? Será que os governantes temem que o povo faça um balanço entre as duas formas de governo — república e monarquia?” Cunha Bueno acrescenta:

“Observe-se que países altamente democráticos e cujos povos são socialmente avançados, como a Holanda, a Inglaterra, o Japão, a Espanha etc., têm a monarquia como forma de governo. Seria possível a redemocratização da Espanha, a estabilidade política, sem a participação do rei? O Brasil também vive uma fase de transição e o povo brasileiro não pode ficar à margem das decisões políticas.”

TENTATIVAS

Com o fim de restabelecer o instituto do plebiscito na vida do país, pelo menos uma dezena de constituintes apresentaram emendas para a realização de consulta

plebiscitária sobre diferentes assuntos. Um dos mais controvertidos temas — a pena de morte — que seriam decididos através de plebiscito teve no deputado Amaral Netto (PDS — RJ) o seu mais incansável defensor. Desde o início dos trabalhos da ANC o líder do PDS tentou incluir a pena de morte no texto constitucional, e os debates em torno do assunto, ao tempo das subcomissões e comissões temáticas, motivaram grande número de frequentadores das sessões da Constituinte a permanecerem, por vezes, durante muitas horas assistindo o encaminamento da questão. Frustradas suas tentativas iniciais Amaral Netto não desistiu de seu intento e foi a plenário defender a proposta. Outra vez rejeitada, a pena de morte passou a ser objeto da Emenda nº 2P00049-5 às Disposições Transitórias que determinava: “A instituição da pena de morte será submetida a plebiscito, dentro de 120 dias da promulgação desta Constituição”. Na votação da matéria, entretanto, o plenário da Assembléia Nacional Constituinte acabou por rejeitar definitivamente a pena de morte, ao computar 218 votos contra a Emenda Amaral Netto, a qual recebeu ainda 210 votos favoráveis e 10 abstenções.

De autoria do constituinte Siqueira Campos (PDC — GO) e depois transformadas em emenda coletiva que recebeu expressivo número de assinaturas, a emenda prevendo a realização de plebiscito entre as populações incluídas nas áreas do Estado de Goiás que formarão o novo Estado do Tocantins foi abandonada em favor de uma fusão que criou automaticamente a nova unidade federativa e, principalmente, em favor do dispositivo que determina que o primeiro governador do Tocan-

Regime de gabinete? Monarquia de volta? O povo é que vai decidir o que quer, com a volta dos plebiscitos a partir da nova Carta. O Brasil pouco usou esse método de consulta em sua história. Mas vai usar e aprender a usar. A democracia plena tem no cidadão o objeto e o meio das mais importantes decisões.

ins seja eleito por voto direto, 75 dias após a criação do estado.

Outra tentativa de plebiscito partiu do constituinte Fernando Cunha (PMDB — GO), a qual mandava incluir nas Disposições Transitórias dispositivo determinando que “consulta plebiscitária será levada a efeito em todo o território nacional, concomitantemente com a primeira eleição de caráter nacional, a fim de que se decida se deve o país prosseguir ou não com o programa nuclear brasileiro”. Na justificativa de sua proposição, Fernando Cunha mostrava os perigos dos acidentes nucleares, o absurdo do programa nuclear brasileiro, “inteiramente injustificável se considerarmos que o país conta com um potencial hidrelétrico da ordem de 500 milhões de Kw, dos quais apenas 40 milhões instalados”, e o desperdício de recursos num programa que “já lançou ao lixo uma soma estimada em 20 bilhões de dólares”. Embora sustentando que, “de todos os programas nucleares do mundo, talvez o mais absurdo e despropositado seja o programa brasileiro”, Fernando Cunha reconheceu o teor genérico de sua proposta, razão por que abriu mão de sua defesa em favor de estudos que pormenorizem o assunto, e também, diante de acordos verifi-

cados em torno da idéia de se transferir ao Congresso Nacional a responsabilidade, daqui em diante, pela aprovação ou não de toda a matéria referente aos programas nucleares. Iniciativa semelhante teve o constituinte Vítor Buaziz (PT — ES) que, através da Emenda nº 2P01248-5, sugeria que a implantação e funcionamento de indústrias de alta periculosidade, reator nuclear ou projeto que altere de maneira significativa o meio ambiente ou implique risco de vida para a população circunvizinha se condicionasse à realização de plebiscito regional. Além disso, sua emenda previa que, no caso da instalação de usina nuclear, o plebiscito regional fosse precedido de plebiscito nacional. Justificando sua propositura, o representante do PT afirmava que o Brasil não obstante ser um dos países do mundo onde a natureza se apresenta mais generosa, possui algumas áreas praticamente inabitáveis em face da degradação ambiental e como consequência da exploração inadequada dos recursos naturais. O parlamentar capitava conclama a todos para uma tomada de consciência e de atitude com vistas à construção de uma vida melhor, mas esta, para ser efetiva, dependerá da determina-

ção política de estabelecer uma ordem social e econômica onde o desejo de lucro esteja subordinado ao respeito à natureza e à dignidade do ser humano. “Quanto à energia nuclear — alertou — mesmo usada para fins pacíficos, é uma atividade que envolve maiores riscos do que se tem consciência, tanto coletivamente como nos próprios meios técnicos específicos, tanto assim que a comunidade científica mundial ainda desconhece qualquer tipo de controle técnico. O que se pergunta é o que faremos com milhares de depósitos de lixo atômico daqui a mil anos, ou muito menos, quando a tecnologia terá certamente superado a fase de uso intenso da energia nuclear? Será que com tantos outros recursos, somos realmente obrigados a continuar com esta aventura nuclear mesmo sob o disfarce do título “para fins pacíficos”? Por todas essas razões, Vítor Buaziz defende a prática do plebiscito como o direito democrático de debater e votar, no caso, pela aceitação ou rejeição da implantação ou do funcionamento de indústrias de alta periculosidade, de reatores nucleares ou de projetos que alterem de maneira significativa o meio ambiente.

Assinada pelos constituintes Homero Santos (PFL — MG), Chico Humberto (PDT — MG), Virgílio Galassi (PDS — MG), Raul Belém (PMDB — MG), Roberto Prata (PMDB — MG) e Roberto Vital (PMDB — MG), a proposta de plebiscito para criação do Estado do Triângulo, a ser desmembrado do Estado de Minas, movimentou intensamente o plenário, os corredores e as galerias do Congresso Constituinte, mas no dia 28 de junho foi rejeitada por 252 votos contra 122 e 46 abstenções. Ao defenderem a proposta, os constituintes mineiros que a assinaram salientavam que o objetivo da iniciativa era fazer justiça a dois milhões de habitantes brasileiros, reunidos em 71 municípios que ocupam uma região com toda uma potencialidade ainda não aproveitada. “Uma população — garantiam — que durante anos vem lutando para se tornar independente, livre e responsável pelo próprio destino. Embora mais uma vez frustrados os esforços de reabilitar o instituto do plebiscito como forma de participação popular nas decisões nacionais, os triangulinos convictos direcionam agora suas esperanças no sentido de ver seu sonho realizado pelas mãos da nova Comis-

são de Redivisão Territorial, cuja aprovação aconteceu na mesma tarde em que a proposta de plebiscito para a criação do Estado do Triângulo não conseguiu a maioria da Assembléia.

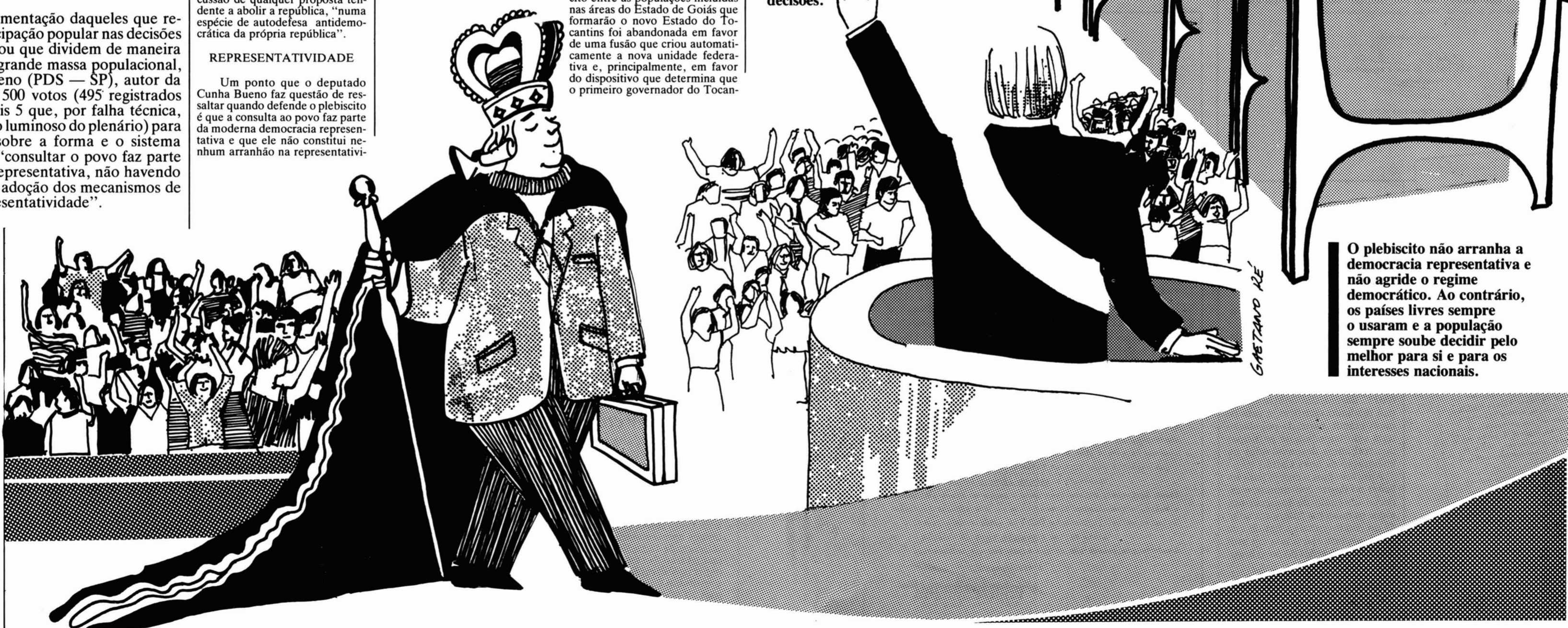
Outras sugestões de plebiscitos foram apresentadas através das emendas dos constituintes José Carlos Coutinho (PL — RJ), José Maurício (PDT — RJ) e Adolfo Oliveira, Líder do PL, para decidir sobre a fusão dos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara. Aliás, um único plebiscito de caráter regional registrado na história política brasileira foi exatamente o que decidiu sobre a fusão desses estados, realizado em 63 e que, curiosamente, decidiu pelo não à fusão, mas que 12 anos depois, foi contraditado pela fusão de fato e por decisão do Governo Médici (15 de março de 75). Em votação, a emenda para realização de um plebiscito que confirmasse ou rejeitasse a fusão concretizada há 13 anos foi rejeitada. Outras emendas propugnando pelo plebiscito são de autoria dos constituintes Paulo Roberto (PMDB — PA), para a criação do Estado do Tapajós; Davi Alves Silva (PDS — MA), para criação do Estado do Maranhão do Sul; e o General Baldo Correia (PMDB — BA), determinando a medida para os municípios criados por lei estadual até a data da nova Constituição.

A NOVA CARTA

Também a nova Carta, cuja votação do primeiro turno acaba de ser concluída, está sob a mira dos defensores do instituto do plebiscito. Esse, pelo menos, é o teor do Projeto de Resolução nº 15/87, apresentado pelo constituinte Virgílio Guimarães (PT — MG), há um ano, mas cuja tramitação está praticamente parada. Pela proposta (que disciplina a consulta plebiscitária prevista nos arts. 59 e 61 do Regimento Interno), a Assembléia Nacional Constituinte determinará à Justiça Eleitoral, por intermédio da Mesa, a organização e realização de consulta plebiscitária, objetivando a deliberação, pela população, acerca da nova Constituição. de acordo com o documento, o plebiscito se dará por meio do voto direto e secreto, 90 dias após a conclusão da votação, em segundo turno, do projeto de Constituição. Nesse plebiscito a população deverá manifestar sua aprovação ou reprovação ao texto integral da redação final do novo texto constitucional, bem como se posicionar sobre os temas que forem objeto de requerimentos específicos por parte dos constituintes.

(Esses requerimentos seriam de consulta plebiscitária temática.) Como, apesar de ter dado entrada nesse projeto de resolução simultaneamente com os trabalhos da ANC, Virgílio Guimarães não logrou agilizar a sua tramitação e como os trabalhos da Constituinte se aproximam do final (tudo indicando que até setembro a nova Carta seja promulgada), o projeto do representante petista, pelo seu próprio conteúdo, já ficaria defasado quanto ao cumprimento dos prazos nele previstos. Daí por que ser lógico incluí-lo entre as tentativas de reabilitação do plebiscito dentro da história política brasileira que não tiveram chance de ser concretizadas.

Maria Valdira



O plebiscito não arranha a democracia representativa e não agride o regime democrático. Ao contrário, os países livres sempre o usaram e a população sempre soube decidir pelo melhor para si e para os interesses nacionais.

ESCREVA A SUA CARTA

A Constituinte entrou em sua última etapa, a da votação do projeto de Constituição pelo plenário. Desde o início a sociedade participou e opinou, por todos os meios. E ainda é tempo de contribuir. Escreva a sua carta, dizendo o que você pensa e quer.

Menor de 14 a 18 Anos

Srs. Constituintes,
Minha sugestão se refere aos menores de 14 a 18 anos, sem emprego e com pouca escolaridade, e que já se podem definir em sua profissão, como carpinteiro, pedreiro, pintor, eletricista na construção civil, etc. Em primeiro lugar o menor começaria no emprego com o salário mínimo e as autaridades o isentariam do INPS.
As empresas que dessem trabalho ao menor também pagariam apenas 50% do INPS desse menor, visto que sua produção seria pequena. Assim, num espaço de 3 a 4 anos, o menor se definiria sobre sua profissão, e ao completar 18 anos ele se enquadraria com salário compatível aos profissionais de sua categoria. (...)

Antônio Bugeste Luciono
Maringá — PR

Aposentadoria

Srs. Constituintes,
Aposentadoria integral aos 30 anos de serviço para todas as categorias, homens e mulheres, assegurando-se assim igualdade para todos. Isso devido, principalmente, à média de vida do povo brasileiro, que é de 60 anos, além de se tratar de um país onde o povo vive subnutrido, ocasionando uma queda na produtividade individual na faixa dos 50 anos. Outro ponto a ser relevado é que com a aposentadoria aos 30 anos surgirão mais vagas para os jovens no trabalho.

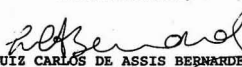
Sílvio Gonçalves Barreto
Maceió — AL

Exmo. Sr.
Deputado Constituinte
Marcelo Cordeiro
DD. Primeiro Secretário da Assembléia
Nacional Constituinte.
BRASÍLIA/DF

Senhor Secretário,

Os jornalistas mineiros, reunidos em seu IV Encontro, em Belo Horizonte, nos dias 28 e 29 de maio, aprovaram, por unanimidade, a moção de aplauso aos profissionais envolvidos na cobertura da Assembléia Nacional da Constituinte, sob a coordenação-geral de Vossa Excelência.
A moção, apresentada pelo Setor de Jornalismo do Departamento de Comunicação Social da UFMG, enfatiza a importância do trabalho realizado e cumprimenta a equipe pelo elevado nível profissional, ético e político em matéria de informação impressa, radiofônica e televisada.
Os jornalistas mineiros, inspirados no trabalho desenvolvido através da Primeira Secretaria da Assembléia Nacional Constituinte, pretendem, na medida do possível, contribuir para que a futura Constituinte estadual seja também um espaço para a democratização da informação em nossa sociedade.
Aproveitamos o ensejo para reafirmar nossos cumprimentos e nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,


LUIZ CARLOS DE ASSIS BERNARDES
Presidente



SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DE MINAS GERAIS
AV. ALVARES CABRAL, 400 - TEL.: 224-5011
CEP 31710 - BELO HORIZONTE - MINAS GERAIS

Aniversário do JC

Sr. Constituinte Marcelo Cordeiro:

Ao depararmos com a circulação comemorativa de 1º ano de existência do **Jornal da Constituinte**, queremos cumprimentar todos aqueles que, de uma forma ou de outra, deram sua contribuição, não medindo sacrifício, e sem os quais grande parte da população teria sido impedida de participar dos trabalhos desenvolvidos na elaboração da nova Carta.

Aproveitamos o ensejo para solicitar ao ilustre constituinte o especial obséquio de fornecer-nos todos os números anteriores ao nº 45 do citado jornal, a fim de que possamos historiar a luta em prol das reais aspirações do povo brasileiro.

Administração e funcionários
da Ag. do Banco do Brasil S/A
Ponta Grossa — PR

ESTADO DA BAHIA
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE IPIRÁ - MUNICÍPIO E DISTRITO JUDICIÁRIO DE PINTADAS
CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E FUNÇÕES NOTARIAIS.
Pintadas, 28 de junho de 1988.
EXCELENTÍSSIMOS SENHORES CONSTITUINTES.

Neste democrático segundo turno da Constituinte desejo sugerir a Vossas Excelências no sentido de suprimir do Texto Constitucional a definição que privatiza os cartórios notariais e registrais, caso não seja possível inserir um destaque ressaltando o Registro Civil das Pessoas Naturais para instituí-lo como sendo serviço de natureza estatal ou ainda Serventia do Fôro Judicial.
Se se eliminasse o conceito da privatização dos cartórios previsto no art. 120 do projeto da Constituição aprovado no primeiro turno, a matéria ficaria a critério da legislação ordinária ou especial, a sua regulamentação.

Vossas Excelências sabem muito bem que o Registro Civil das Pessoas Naturais é um direito de todos e dever do Estado, não podendo, desta forma, ser privatizado como os serviços notariais e de outros registros pois nem todos podem pagar as taxas relativas; sabem também que existe uma grande parte do Território Nacional de localidades pobres onde os cartórios não arrecadam o suficiente mensal que satisfaça o piso salarial e em sendo assim se pergunta como ficarão os prestadores desses serviços se é obrigatório contribuir para a Previdência Social.

Estas circunstâncias determinam a supressão do art. 120 projetado para a Carta Magna em relação aos serviços notariais e registrais não se ressaltando o Registro Civil das Pessoas Naturais que deve ser estatal, portanto distinto dos demais registros públicos e dos serviços notariais que podem ser privatizados.

Atenciosas saudações,
DANTE APOMUCENO DA SILVA OFICIAL DO REGISTRO CIVIL.

Jerônimo Monteiro, 21 de junho de 1988.

SENHORES DEPUTADOS E SENADORES,

Os problemas da Sem-Terra vem crescendo assustadoramente em nosso país, como é o exemplo dos acampados da Fazenda Morre das Chaves, em Propriá-Sergipe, que à noite mesmo aguardam a desapropriação desta Terra (Fazenda). Estas famílias passam por uma situação de miséria total e sofrimento desumano e ultimamente estão experimentando a abandono dos organismos do Governo, que vem protelando as medidas necessárias para a desapropriação a tal ponto que 03 (três) crianças já morreram, vítimas da fome e desidratação.

Senhores Deputados e Senadores, a vida e o futuro de todas as Seres-Humanos (e também dos animais) estão em suas mãos, crianças estão morrendo como as de Propriá-Sergipe, outras morrem em consequência de assassinatos, vítimas de bandidos e até mesmo policiais, durante confronto entre Policiais e marginais...


Entende, como muitos, que o acesso a Terra é um direito de todos os que nela querem trabalhar e que a Reforma Agrária é o 1º e grande passo para o combate a essas mortas indevidas de crianças e outros... e também para que se diminuam ou até mesmo acabe (quem sabe?) essa onda de assaltos e sequestros... no qual muitos podem ser vítimas.

A Constituinte está em suas mãos, a que for decidida deve ser em favor do povo, pelo povo e para o povo. Você também é parte do povo e muitos de vocês têm filhos, netos, sobrinhos, irmãos... Hoje vocês são Deputados ou Senadores, pessoas em quem o povo acreditou e confiou o voto, e amanhã? o que serão? e seus filhos? Netos?...

Existindo a Reforma Agrária (e também uma Reforma Agrícola), muitos irão para o campo em busca de trabalho e assim, o trabalhador Urbano, ou seja, das indústrias, terão um maior valor, logicamente tendo um salário mais justo...

Ainda se tem o segundo turno da votação na Constituinte, pensem bem na que ainda tem que melhorar...

Atenciosamente,


MANOEL AMÉRICO LAGES
Auxiliar Administrativo
Sindicato Trabalh. Rurais - RJ.

Sete Lagoas (MG), 18 de Julho de 1988.

JORNAL DA CONSTITUINTE
Câmara dos Deputados
BRASÍLIA - DF

Ref.: Solicita informações.

Prezados Senhores:

Primeiramente desejo parabenizá-los pelo brilhante e atuante jornalismo, cultivado com esmero e desprendimento em prol da divulgação dos trabalhos desenvolvidos pelos nossos Constituintes.

Sabemos sim, que a cada momento estamos deparados com um avanço de informações que nos obrigam a permanermos atualizados, e, conseqüentemente, recorremos a fontes que nos confiam informações sólidas.

Com este objetivo, venho até V. Sas. solicitar-lhes informações possíveis que dizem respeito ao nosso futuro **PODER JUDICIÁRIO**, principalmente, o que diz respeito à nova estrutura de seus respectivos órgãos. Mesmo sabendo que os trabalhos desenvolvidos pelos Constituintes começaram "agora" a serem submetidos ao segundo turno, preciso de tais informações, cujos dados serão posteriormente comparados com as conseqüentes mudanças desta nova fase.

Esclareço-lhes ainda que sou um cidadão levado automaticamente a participar dessas mudanças tentando, outrossim, desenvolver-me no mundo das Ciências Jurídicas. Como um estudante de Direito, aproveito o ensejo para agradecer-lhes por se agraciado a receber a importante publicação "JORNAL DA CONSTITUINTE" que, infelizmente comeci a receber os exemplares de número 50 em diante, não tendo acesso aos anteriores.

Contudo, se por qualquer motivo, ficarem impossibilitados em prestar-me tal esclarecimento, agradeceria dirigissem esta a outro órgão de informações da Assembléia Nacional Constituinte ou mesmo a um parlamentar.

Na expectativa de ser atendido o mais breve possível, subscrevo-me,
atenciosamente,

Antônio Augusto Simão Neto

Importante é manter os avanços

ADIRP/William Prescott

O país terá a Carta possível, pois o perfil da ANC é conservador e diversificado, sendo "o espelho da sociedade brasileira". A afirmação é da constituinte Anna Maria Rattes (PSDB — RJ) que, ao mesmo tempo, considera ter havido avanços importantes e, por isso, quer as forças progressistas unidas para que sejam mantidos no segundo turno de votação.

JC — Deputada, considera bom o texto aprovado no primeiro turno de votação?

Anna Maria Rattes — Dentro do perfil mais conservador que tem a Assembléia Nacional Constituinte, acredito que conseguimos avanços importantes para a sociedade brasileira. Quer dizer, não foi aquela reposta ao anseio de transformação, que no momento temos, de toda a população, mas alguns avanços foram muito importantes. Por isso a responsabilidade que temos nesse segundo turno, a despeito de as coisas estarem mais caras, que dizer, hoje já sabemos o que eles querem derrubar. Quando digo, eles, refiro-me ao governo federal, à classe empresarial, os banqueiros, todos aqueles que, de certa maneira, sentem-se atingidos pelos avanços conquistados.

Já sabemos o que esses grupos querem derrubar, que são aqueles grupos que sempre detiveram o poder neste país, e por isso acho que temos que nos arremetendo e organizar a ala mais progressista no sentido de manter esses avanços. Não podemos ter um texto a quem desse que conseguimos até agora. Acredito que, se, por exemplo, tivermos retrocessos, no segundo turno, dos avanços conquistados, vai ficar muito ruim para os componentes da Assembléia Nacional Constituinte e muito frustrante para a população brasileira.

JC — Vai haver negociação, no segundo turno, em torno dos temas polêmicos?

Anna Maria Rattes — Acho difícil uma negociação, porque esta foi feita no primeiro turno. As lideranças cederam ao máximo, conversaram ao máximo, tentaram se entender e se entrosar. Então, agora acho que temos que partir para o voto mesmo. Não vejo como negociar. Não dá mais. Já chegamos ao limite máximo daquilo que poderíamos ceder, e acredito que eles também, dentro dos seus próprios interesses, chegaram ao máximo do que poderiam ceder. Se houver alguma negociação, que é sempre proveitosa, acho que deve ser feita.

JC — Deputada, acreditava-se que haveria uma reformulação partidária após a promulgação da nova Carta, mas ela já está ocorrendo.

Anna Maria Rattes — Acredito que essa reformulação ainda existe, vai existir depois da promulgação da nova Carta, porque muitos partidos estão com seus quadros inteiramente em sobressalto, desajustados, e querem buscar um outro caminho. O PFL está em



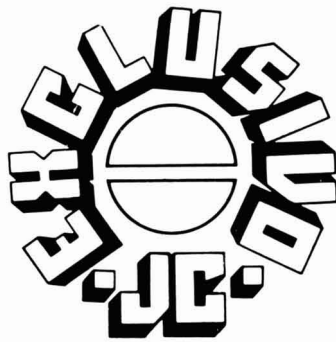
Anna Rattes: um banqueiro disse que a anistia era uma gravame mais moral do que financeiro

crise, o PMDB, evidentemente, está em crise, todo mundo sabe, o PTB e outros partidos, até mesmo de esquerda, como o PDT, têm dentro dos seus quadros uma grande reação. Assim, acho que essa reformulação partidária necessariamente se dará. Mas nós já começamos saindo do PMDB e formando o PSDB, que acreditamos ser um partido que possa responder a esse novo momento brasileiro que estamos vivendo. Não é mais um compromisso com a transição, não é mais um compromisso de democratizar a nação ou instaurar o sentimento de liberdade contra o arbítrio militar em que vivemos há vinte anos, mas é, sim, um partido que tem no seu bojo dois compromissos que, pessoalmente, acho fundamentais.

O primeiro é o compromisso de resgate do político, do homem político com a ética, o caráter e a dignidade, que estão tão barateados por aí e tão desacreditados, pelas posturas, posições e decisões que o próprio homem político vem tomando nessa caminhada toda. E depois de ter um projeto de salvação para esta nação, um projeto de futuro que possa realmente dizer para onde vai o Brasil, qual a saída que temos?

JC — Qual a perspectiva, na sua opinião, do PSDB nas eleições municipais deste ano?

Anna Maria Rattes — O PSDB não está muito preocupado com eleições municipais. Primeiro, porque o partido montou-se às vésperas das eleições e não queremos ser um partido cartorial, um partido onde você leva um bolo de fichas para casa e, no dia seguinte, traz tudo assinado, não se sabe a que preço. Não é isso que a gente quer. O que, queremos é fazer um trabalho de conscientização, é fazer um trabalho pedagógico com a população brasileira no sentido de que, engajado num partido político, isso implica num compromisso tanto daquele que se dispõe a disputar qualquer eleição como daquele que vota. Então, a



O primeiro compromisso do PSDB é com o resgate do político com a ética, o caráter e a dignidade. E depois ter um projeto de futuro para o Brasil.

militância do partido é tão importante quanto o político que terá que ser votado ou não por esse partido.

Agora, isso também não quer dizer que seja um sonho, uma quimera, um trabalho só de levantamento de problemas e que não tenha compromisso de dar respostas. Absolutamente. Temos uma perspectiva de poder e isso é que faz com que sejamos um partido e não uma seita. Agora, essa perspectiva de poder é para a salvação da nação. É muito mais voltada para eleição à presidência da República, que vamos ter e temos o compromisso de preparar, do que propriamente para as eleições municipais. Essas serão disputadas só em algumas cidades de porte médio ou grande, como as capitais, onde tenhamos alguma perspectiva de, através do lançamento de determinadas candidaturas, fa-

zer um trabalho de conscientização, de divulgação e de amostragem do que é o PSDB e o que ele pretende para a sociedade brasileira.

JC — O Brasil tem índice enorme de abortos. Qual a sua posição sobre o tema?

Anna Maria Rattes — O aborto não está maduro ainda. É uma coisa muito traumática, é tão violento, vamos dizer assim, inclusive para a mulher em si. A mulher que se submete a um aborto só o faz em últimas circunstâncias, e para a sociedade é tão violento que não havia amadurecimento suficiente em 559 constituintes para decidirem por uma nação a respeito de uma questão desse porte. Essa questão do aborto deve passar ainda por uma discussão muito maior do homem, da mulher e da sociedade em geral, para que tenhamos a maturidade de assumir determinadas posições em relação a ele, que jamais seria de abertura ao aborto. Seria, em última instância, de descriminalizar o aborto.

Não adianta nada nós considerarmos o aborto um crime quando sabemos que mulheres, por total impedimento de serem mães, de assumirem com dignidade sua criança, são levadas a cometer um ato de tal violência, até elas mesmas, às vezes, se introduzindo agulhas de crochê ou outro objeto qualquer, que fazem com que elas ponham suas vidas em risco e fazem com que o aborto não possa ser apenas. Como é que a Justiça vai saber se uma mulher, no recôndito do seu lar, fez ou não fez um ato contra seu próprio corpo? É proibido mas se comete. A hora em que a mulher conhecer seu próprio corpo, sua própria fisiologia, ela conhecer os mecanismos que ela tem para evitar a concepção, quer dizer, a hora em que ela dominar os contraceptivos e ela puder, com clareza, com sua consciência em paz, livre perante ela mesma e seu companheiro, escolher e adotar esse ou aquele método, ela jamais fará um aborto.

JC — Deputada, o que pensa do tabelamento de juros e da anistia fiscal?

Anna Maria Rattes — O tabelamento não é nenhum ônus assim maior, que os bancos não possam assumir, por exemplo. Sei que os banqueiros vão fazer um lobby muito grande, estão fazendo, no sentido de derrubar essa conquista, mas isso já houve no Brasil, em um determinado tempo, e foi considerado até um crime de usura o juro que passava desse limite, um limite até menor do que esse. Não é nada assim de tão agravante, no sentido da escrituração bancária do país. Acredito até que os bancos saberiam, através de artifícios que eles sabem como ninguém engendrar, sair dessa questão cobrando outro tipo de taxas e outro tipo de serviços, como eles fizeram na época do Plano Cruzado. Não vejo nisso aí um ônus tão gravoso assim para a classe financeira do país.

A anistia — ouvi um banqueiro, que é um dos diretores do Bradesco, fazer uma declaração na televisão dizendo que a anistia era um gravame muito mais moral do que propriamente financeiro para as estruturas financeiras e bancárias do país. Concordo plenamente com ele. Acho que o que ninguém quer assumir é que na anistia conseguimos um meio-termo. Foi realmente anistiado aquele que tinha um pequeno débito com as instituições bancárias. E aquele que não pagou aquele débito de mais ou menos mil cruzados é porque realmente não tinha possibilidade de pagar. Isso não vai chegar a mexer com a estrutura financeira de nenhum país. E a emenda de Roberto Freire fez com que a coisa fosse mantida em um equilíbrio e tirasse da UDR aquele grande aparato de vitória, de manipulação, que eles queriam fazer em cima dos membros da Assembléia Nacional Constituinte.

JC — Que Constituição teremos, deputada?

Anna Maria Rattes — A que foi possível o Brasil ter dentro do perfil conservador e diversificado que nós temos aqui dentro de constituintes, e que é exatamente o espelho da sociedade brasileira. Nós não somos organizados, nós somos uma sociedade em organização. O que nós precisávamos era, realmente, de diretrizes que, de uma certa maneira, direcionassem a postura que essa sociedade deve ter em relação a seus direitos, a suas conquistas e aspirações. Foi uma Constituição para um momento de transformação, para um momento de total desequilíbrio da vida nacional.

A Constituição dos meus sonhos, dos seus sonhos ou dos sonhos de cada um acho que fica mais para a frente. A sociedade brasileira ainda não está organizada a ponto de ter uma Carta de princípios com poucos artigos, de muita amplitude e que dure eternamente. Nós hoje precisávamos desse texto controvérsio, batido, sofrido, mas participado — que foi a grande novidade, a participação popular e da sociedade brasileira na confecção desse texto.

Sem mudar o campo não há democracia

ADIRP/Castro Júnior



Sabóia: tenho um profundo respeito pelo Congresso

Para o constituinte José Carlos Sabóia (PSB — MA), a maior perda política, nas votações da ANC, foi o retrocesso da reforma agrária: "Enquanto não se criarem mecanismos para se fazer a reforma agrária e decisão política para sua realização, nós não temos condição de estruturalmente garantir a democracia neste país". Em termos históricos, estruturais, Sabóia diz que a maior derrota foi a não-adoção do parlamentarismo. Entre os avanços, ele destaca os alcançados nas áreas da reforma urbana, da saúde, que os movimentos sociais conseguiram formar uma consciência de que esta questão é um dever do Estado e um direito do cidadão", e ainda da previdência, que permitiu, principalmente, a recuperação da cidadania.

JC — *Que balanço faz desse um ano e meio de trabalho da Assembleia Nacional Constituinte?*

José Carlos Sabóia — Não tivemos uma Constituinte plena, no sentido de ter sido convocada especificamente para fazer a Constituição. Ela foi congressual. Isto gerou um certo pessimismo. Achava-se, mais um vez, que estávamos diante de mais um acordo de elite da sociedade brasileira, que não haveriam grandes avanços, principalmente depois de toda essa turbulência de vinte anos de ditadura. Era difícil prever algo inovador, algo que avançasse além dos interesses das elites, talvez pelo fato de que no início do Congresso Constituinte tínhamos uma realidade, segundo as estatísticas mostravam, de que estávamos aqui representados por setores muito conservadores. Havia uma predominância, como há ainda hoje, dos setores conservadores, com peso muito grande de setores atrasados, obscurantismo no latifúndio, da violência no latifúndio e de setores que representam os interesses multinacionais etc.

A grande surpresa para mim, nesse um ano e meio de trabalho, é que, na verdade, a Constituinte avançou além das forças progressistas, além da composição de forças que temos aqui dentro. Houve avanços em termos de criação de mecanismos para o exercício da cidadania, em termos de direitos coletivos e individuais, em termos de criar condições para fundamentar melhor as instituições democráticas, em termos dos direitos sociais e também uma visão em termos econômicos, para fortalecer uma proposta de desenvolvimento nacional, em termos de empresa nacional, quer dizer, houve avanços a partir disso tudo, que extrapolam aquela visão inicial, a correlação de forças iniciais. Esses avanços, no meu entender, foram

bem além das análises feitas inicialmente, das perspectivas da composição política aqui representada.

JC — *A que atribui esses avanços?*

José Carlos Sabóia — Depende muito de cada situação. Por exemplo, quando chegamos na questão da reforma urbana, tivemos setores conservadores — não setores reacionários, de extrema direita, mas setores liberais conservadores, que não são ligados à corrupção da máquina do Estado — que aceitaram compor conosco, com setores progressistas, com setores democráticos, socialistas. É claro que perdemos, recuamos, mas conseguimos manter alguns pontos das emendas populares. Acho, por exemplo, que, na questão urbana, temos perspectivas de uma melhor compreensão dos movimentos sociais, uma melhor leitura política dessa dinâmica das reivindicações dos movimentos sociais. A partir da Constituinte, o aglomerado urbano, a questão urbana, sua visão política, não será a mesma como foi tratada até hoje. Não tínhamos instrumentos em termos de política, em termos estruturais para tratar a questão urbana. A partir de agora, temos. E tivemos isso em muitas situações.

A outra situação, é que a questão da saúde, é muito interessante. Apesar de todo o lobby violentíssimo, um dos mais fortes aqui dentro, com donos de hospitais, tivemos avanços que talvez façam da questão da saúde um dos melhores capítulos da Constituição. Entra aí o papel dos movimentos sociais. Os movimentos sociais, num país como o nosso, apesar de sua inconsistência em termos políticos, têm um papel importante, assim como os movimentos dos sindicatos ligados à área de saúde, porque conseguiram formar uma consciência neste país, com o objetivo da luta, de que a saúde é um dever do Estado, um direito do cidadão. Conseguiram formar uma coisa nova. Isso fez com que na cabeça dos constituintes não prevalecessem somente os interesses privados.

E uma outra questão em que houve um avanço imenso — talvez seja um dos capítulos mais consistentes da Constituinte, tanto em termos técnicos como político — foi a da seguridade, da previdência. Temos aí uma visão de Brasil que não passa pela visão de populismo, uma visão de clientelismo. Temos a recuperação da cidadania. A conquista da cidadania é importante para alguns milhões de brasileiros que nunca tiveram o direito a um salário mínimo na aposentadoria, que nunca tiveram um direito pleno ao acesso à rede de saúde.

JC — *Por que a sociedade não é informada devidamente sobre esses avanços?*



Outra grande derrota foi não termos questionado o papel das Forças Armadas. E a questão da anistia aos marinheiros cassados em 1964

José Carlos Sabóia — Com essa pergunta, você está obrigando a todos nós a nos tornarmos responsáveis pelo ônus de um governo irresponsável. O governo, na cabeça da opinião pública, é irresponsável, incompetente, com muitas semelhanças, em termos políticos, com a ditadura. Há diferenças básicas, mas há outras coisas que se identificam muito com o governo da ditadura. Quem dá sustentação a esse governo são os partidos políticos. É importante entender que, de certa forma, a população está fazendo um raciocínio correto. Se os partidos políticos prorrogaram o mandato desse cidadão — a maior parte dos partidos políticos fizeram isso — quan-

do a sociedade queria ter uma nova etapa política com a Constituinte e também dar legitimidade a um governo com os quatro anos, com eleições diretas, e a maior parte dos políticos, infelizmente, por fisiologismo, por corrupção e outros motivos resolveu legitimar esse Governo que aí está, então, de certa forma, a população responsabiliza a todos nós pelo estado de transtorno e inquietação que estamos vivendo neste país, de insegurança.

Agora, por outro lado, também tem por cima deste caldo de cultura aí uma irresponsabilidade política e governamental. Nós temos uma situação concreta em que há certos interesses econômicos que eles detratam, eles tratam a Constituinte e todo esse esforço como sendo seu principal inimigo, a quem eles têm de destruir. Eles têm que fazer uma coisa que é fundamental, eles têm de nivelar, colocando no mesmo nível perante a opinião pública, do desgoverno que aí estão. Há uma incompreensão total, em que você tem toda a razão, uma incompreensão total do que é que acontece. O exemplo concreto disso: nós temos o "Diário da Constituinte", na televisão, e o **Jornal da Constituinte** que fizeram um bom trabalho de divulgação. É uma experiência inédita neste país em termos de comunicação de massa.

Por outro lado, você tem todos os telejornais, você tem os grandes jornais com 200, 300, 500 mil exemplares no final de semana reproduzindo exatamente o inverso. Essa não é a realidade que nós vivemos. Eu, por exemplo, aprendi aqui uma coisa: nós temos os nossos inimigos de classe aqui dentro.

É uma arena em céu aberto, é um Brasil perverso, cruel, apresenta os seus devidos representan-

tes, os seus devidos agentes aqui dentro. Agora, eu aprendi a respeitá-los, e dentre eles há muitos por quem tenho profundo respeito, apesar de pensar de forma totalmente diferente da deles. Não vai ser por ter fisiologismo, não vai ser por ter mecanismos aqui, que a gente percebe claramente, de corrupção, de dobrar consciências, o voto através de doações, de televisões, desde o que quer que seja, que eu vou fazer generalizações.

Eu tenho um profundo respeito pelo Congresso. Se a gente não aprender a respeitar o Congresso, os representantes políticos, esse espaço político, nós vamos fazer o jogo da extrema-direita. O que interessa a ela é dizer que todos os políticos são corruptos, são sem-vergonhas, são imorais. Aqui dentro aprendi que existem, a maioria aqui dentro são pessoas respeitáveis, a grande maioria são pessoas que têm respeito consigo próprias, além de respeitar o próprio mandato pelo qual estão aqui.

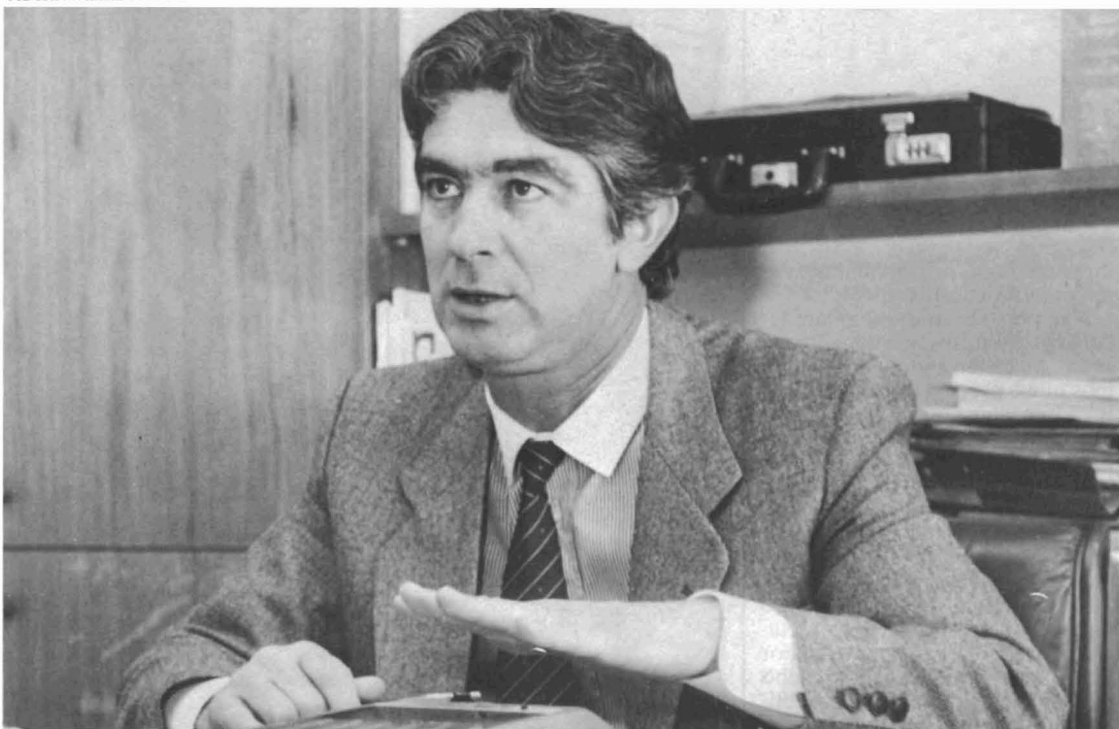
JC — *Deputado, vamos entrar no segundo turno de votação. Quanto à reforma agrária, o deputado citou como exemplo de uma coisa que não deu certo em termos de avanço.*

José Carlos Sabóia — Nós tivemos algumas grandes perdas. A maior perda política, no meu entender, foi o retrocesso da reforma agrária. Foi o maior desastre político da Constituinte. Enquanto não for feita a reforma agrária, se criarem mecanismos para se fazer a reforma agrária e decisão política para fazer, nós não temos condição de estruturalmente garantir a democracia neste país, porque aí significa o quê? Significa o atraso, significa o clientelismo, significa uma ordem capitalista, mas sem instituições, sem mecanismos democráticos, que existem para controlar os processos das relações sociais. Então, não havendo reforma agrária, há violência. Não havendo reforma agrária, não há mediação do conflito. Não havendo reforma agrária, os donos de terra, eles continuam que nem coronéis da década de trinta, mandando no Brasil como fez a UDR, mandando aqui dentro numa parcela do Congresso Constituinte. Eu considero que a reforma agrária foi a maior derrota política.

Em termos estruturais, em termos históricos, a maior derrota para mim não foi a reforma agrária, foi o parlamentarismo. Perdemos o parlamentarismo, com a vitória do presidencialismo. Tivemos uma outra grande derrota no fato de não termos questionado e mudado o papel das Forças Armadas. E junto a essa grande derrota tem uma outra que está no mesmo sentido, na mesma concepção: a questão da anistia aos militares, aos marinheiros cassados em 64. Essas duas últimas significam que a tutela militar continua existindo sobre o governo. Enquanto existir a tutela militar, você não tem como pensar uma nova ordem democrática neste país, uma nova ordenação para as instituições em termos democráticos. Essas são as quatro grandes derrotas que, apesar de serem importantíssimas em termos de dificultar o processo de democratização, elas, no meu entender, de forma alguma impedem o reconhecimento das grandes vitórias, dos grandes avanços que nós tivemos na Constituinte.

Congresso será o fiel da balança

ADIRP/William Prescott



Chico Humberto: o entendimento se faz a partir do momento em que a pessoa adquire cultura

Dois aspectos devem ser destacados na feitura do novo texto constitucional. Primeiro, por ser a Carta mais democrática já realizada no Brasil. Depois, por trazer inovações em termos de participação legislativa: "Só o Poder Legislativo é que faz o fiel da balança para uma estabilidade democrática." As palavras são do constituinte Chico Humberto (PDT — MG), que garante não estar encerrada a luta pela criação do Estado do Triângulo.

JC — Que análise faz do texto até agora aprovado?

Chico Humberto — Nós poderíamos dizer sobre dois aspectos. O primeiro, que seria quanto a forma com que foi feita essa nova Carta Constitucional, que foi, sem dúvida alguma, a Carta mais democrática já realizada neste país, porque ouvimos mais de quinhentas entidades legalmente constituídas durante as várias fases por que passamos nestes trabalhos, desde as subcomissões, passando pelas comissões temáticas e, depois, pela Comissão de Sistematização e que veio ultimar com o término do primeiro turno de votação dos trabalhos da Constituinte. Não temos conhecimento de que isso tenha sido feito no Brasil, pelo menos, nas outras Constituições que foram outorgadas ou promulgadas.

O segundo aspecto, mais importante, é que essa Carta trouxe inovações em termos de participação legislativa e damos a isso uma importância muito grande, porque sabemos que só o Parlamento, só o Poder Legislativo é que faz o fiel da balança para uma estabilidade democrática, para uma instituição democrática, para a legalização da democracia plena. O regime ou o país que não tiver o seu Poder Legislativo constituído e fortalecido, exercendo com liberdade suas prerrogativas, não tem democracia. De maneira que tivemos essa participação através da revisão que teremos — e essa é a maior inovação dessa Carta —, a revisão de si mesma a cada período de cinco anos.

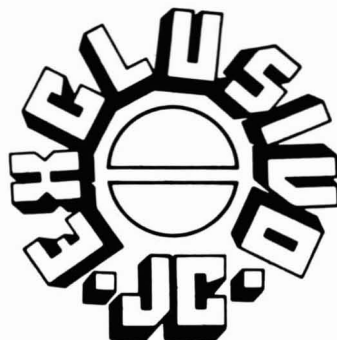
Estivemos, agora, numa visita oficial a Cuba, no Parlamento cubano e quando dissemos que poderíamos rever os nossos erros ou ampliar os nossos acertos a cada cinco anos, isso foi recebido até com certo espanto. Tanto é verdade que a Itália, o Parlamento italiano, já fez o convite ao Brasil para que possamos, a partir da promulgação dessa Constituição, discuti-la a nível de Parlamento. Isso vem certificar aquilo que estou afirmando, ou seja, que não há na História brasileira nenhuma Carta como a nossa, tão progressista e tão democrática como a que vamos promulgar, acredito eu que no espaço de tempo de trinta, quando muito de sessenta dias. Para nós, isso foi o que houve de mais importante dentro de todo esse transcurso dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

JC — E uma característica pela sua extensão, por descer a minúcias ao invés de ser uma Carta de princípios. Concorda com esta opinião?

Chico Humberto — Na verdade, o Brasil passou por uma fase que poderíamos dizer de ausência de leis. Uma grande noite nos trouxe aí com vinte e cinco anos, praticamente, pois já completamos vinte e quatro anos, que foi a época da ditadura militar. A partir do golpe militar de 1964, tivemos um período arbitrário, um período que poderíamos dizer de não participação, principalmente do indivíduo, do cidadão brasileiro, que é justamente o mais prejudicado em qualquer situação, em qualquer regime de força. Essa ausência de leis fez com que nós, ao chegarmos à Assembléia Nacional Constituinte, ao chegarmos no Parlamento, tivéssemos a vontade de fazer tudo de uma só vez. Talvez esse tenha sido aquilo que chamamos de pecar por excesso.

Agora, não tivemos a preocupação, digo isso pessoalmente, de fazer uma Carta com sete artigos como tem a da América do Norte, e muito menos de se fazer uma Carta com quinhentos artigos. Essa preocupação de dizer que tem que ser uma Carta enxuta, que tem que ser uma Carta pequena, que traga só a síntese, hora alguma a tivemos. Não acho verdade. A Constituição pode tudo, ela é a Lei maior. É lógico que absurdos, nós não poderíamos deixar constar dentro da nossa Carta constitucional. Sabemos que tem alguns excessos, absurdos não tem nenhum. De maneira que seria o caso de se corrigir esses excessos, que são muito poucos, e termos a consciência de que vamos entregar ao País uma Constituição, uma Lei maior. Quanto ao seu número de artigos, quanto àquilo que poderíamos dizer que fosse de extenso ou que o povo não poderia assimilar, isso é bobagem, é balela, porque, primeiramente, teríamos que dar ao nosso povo uma condição de instrução e isso não damos.

A partir dessa Carta, vamos ter um percentual para se investir na educação, pois passamos o teto, que era de 3% na Lei Calmon, para 18%, e eu, inclusive, fiz parte da Subcomissão de Educação, que



A principal função do legislador é interpretar a vontade do povo, porque ele é o seu representante. A partir daí, teremos a dignidade do mandato

brigava por 25%. Quer dizer, são coisas que não conseguimos alcançar, mas conseguimos um meio muito bom e foi bom brigar por 25%, pois conseguimos 18%. Talvez não levássemos nem 18%, se tivéssemos brigando por ele somente. Mas acredito que a gente possa, a partir do momento que tivermos sanado o problema educacional no país, que tivermos dado ao cidadão brasileiro o direito de aprender a ler e a escrever. Acho que essas revisões que se farão futuramente irão moldar, irão fazer com que essa massa, que hoje parece amorfa, desta Carta, possa se moldar à realidade do país que pretendemos ter. Não é uma Carta para hoje ou para se corrigir o ontem. Estamos fazendo uma Carta para o Brasil de sempre.

JC — A instrução leva à consciência da cidadania, não?

Chico Humberto — Sem dúvida

alguma. É básico. O entendimento se faz a partir do momento em que a pessoa adquire cultura. Fica muito difícil se você colocar, até em termos de cultura, um cérebro de um cientista conversando com uma pessoa humilde, que nunca frequentou banco de escola. Quer dizer, o diálogo, às vezes nem acontece, porque falam a mesma língua, mas através de figuras diferentes. Isso se tem a partir do momento em que tenha contato permanente com o povo. E esse contato se faz através do legislador — sabemos disso — do vereador, na sua base, com os moradores daquele município, através do deputado estadual, com uma gama maior, com um alcance maior, que é restrito à sua área de estado, mas que é feito, também, com uma maior participação, pois são vários os representantes do povo, e através dos deputados e senadores a nível nacional.

JC — Com a restauração de suas prerrogativas, qual é a função do Legislativo num estado moderno?

Chico Humberto — Sabemos que as leis, a própria política é muito dinâmica e a função maior do legislador é estar interpretando a vontade do povo brasileiro, porque é ele o seu representante. De maneira que, sendo dinâmica, e sendo um processo que não será estático, teremos que estar sempre interpretando essa vontade popular. É a partir daí, sim, teremos a dignidade do mandato, pois estaremos sempre voltados ao atendimento de cada um e da coletividade. Isso é importante que tenha consciência o legislador. Acho que essa é a função maior do Legislativo. Em um estado moderno, ele terá, ainda mais, a obrigação de estar sempre em contato com aqueles os quais representa, fazendo com que as leis possam ser voltadas ao atendimento da maioria do povo brasileiro. Não temos a intenção de vir aqui para representar determinados grupos.

Particularmente, eu digo outras vezes que vim para esta Casa porque fui votado numa região, pela

dimensão do estado que é. Minas Gerais, talvez seja o maior estado do mundo em número de municípios. Conheço o Texas com 250 municípios, a média inglesa, parece-me que 63 municípios por estado e a média japonesa é de 47, se não me engano. O Brasil tem o estado de Minas Gerais, com setecentos e vinte e três. É impossível administrar uma casa com mais de setecentos filhos. Temos de acabar com essa megalomania e promover a redivisão territorial.

Desde o início dos trabalhos, esta tem sido uma luta constante. No dia 3 de março deste ano, votou-se o atual art. 18, § 3º, que prevê a emancipação, o desdobramento e a anexação de qualquer área através de uma consulta por plebiscito à população interessada e posterior aprovação pelo Congresso Nacional por lei complementar. A consulta plebiscitária parece-me ser o mais forte princípio que existe, porque se trata de uma manifestação livre dos cidadãos de determinada região sobre se querem ou não a formação de uma nova unidade federativa, sobre o desmembramento e a emancipação política.

No caso particular, devo dizer que esta vontade é inerente ao nosso povo. O cidadão triangulino já está contaminado pelo germe de emancipação desde sua vida intra-uterina. Já estamos separados de fato. Vamos, agora, emancipar-nos de direito, politicamente.

Do ponto de vista cultural, social e econômico, sempre estivemos emancipados, nunca houve laços, nem mesmo quanto aos Inconfidentes, que respeitamos e reverenciamos, sem dúvida porém o Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba não existia, no contexto de Minas Gerais, quando da Inconfidência Mineira. A transferência do Triângulo para Minas Gerais foi posterior, mediante um ato arbitrário da Coroa portuguesa. D. João VI, contra a vontade do então presidente da província de Minas Gerais — isso está registrado na história política de Minas Gerais — anexou o Triângulo a Minas Gerais em 1816, há cento e setenta e dois anos, quer dizer, muito recentemente.

Vamos, sim dar entrada tão logo se promulgue a nova Constituição, no pedido de realização do plebiscito. Faremos a consulta à nossa população, e tenho certeza absoluta de que, num prazo de um a dois anos quando muito, teremos mais uma estrela na bandeira brasileira. Não temos o sentido de enfraquecer Minas, absolutamente. Nosso movimento não é contra ninguém, não é contra Minas Gerais. Achamos, apenas, que já está na hora, que já amadurecemos o suficiente para termos nossa própria unidade federativa. Esta reivindicação já existia desde o tempo em que pertencíamos a São Paulo, mas entregaram-nos a Goiás. Veja bem, Minas foi instalada em 1720 e entregaram-nos a Goiás em 1744, vinte e quatro anos depois. Temos, permanentemente, lutado por nossa identidade própria. Se pudéssemos fazer uma comparação, nossa luta parece até a dos bascos, na Espanha, que durante toda a vida têm reivindicado a sua independência. Agora, é questão de tempo.

Nova Carta beneficia o trabalhador

Ao analisar o texto aprovado no primeiro turno de votação, o constituinte Geovah Amarante (PMDB — SC) diz que houve avanços em algumas matérias e retrocesso em outras, o que deverá, na sua opinião, ser corrigido na reta final dos trabalhos da ANC. Amarante enfatiza que os avanços beneficiam, principalmente, as classes menos assistidas: os trabalhadores.

JC — Deputado, o que destaca de avanços no novo texto?

Geovah Amarante — Inicialmente, queremos registrar que foi um ano de trabalho, de perspectivas, e que, felizmente, os avanços vieram. Acho que nesse primeiro turno, passado todo o seu trabalho, temos de reconhecer que, fruto do próprio trabalho, os avanços vieram principalmente para beneficiar aquelas classes que, via de regra, são as menos assistidas, ou seja, a dos trabalhadores, trazendo-lhes benefícios e avanços sociais que em nenhuma Constituição puderam ser registrados.

Podemos caracterizar exemplificando apenas os avanços dados naquilo que diz respeito, momentaneamente, aos turnos de trabalho de seis horas, às garantias que são dadas ao trabalhador, no que diz respeito aos seus empregos, à aposentadoria, trazendo mais tranquilidade não só aos já aposentados mas àqueles que virão se aposentar após a promulgação da Constituição. Em resumo, podemos afirmar, sem sombra de dúvida e sem medo de errar, que esse primeiro turno da Assembléia Nacional Constituinte foi uma inovação e um avanço que todos tivemos, fruto de uma assessoria, de uma participação de todos os segmentos sociais.

JC — O deputado acredita que haverá grandes modificações no segundo turno de votação?

Geovah Amarante — Não acredito que possam ser feitas modificações profundas, porque foi bem dito que as votações mais polêmicas foram fruto de acordos e trabalhos que as respectivas lideranças fizeram, na busca desses acordos, e foram avanços que sintetizaram e simbolizaram aquilo que era anseio dos diversos segmentos sociais. Por esta razão, não acredito que modificações profundas possam ocorrer no segundo turno. Mas também tenho de reconhecer que muita balela e muita demagogia foram praticadas e votadas nesse primeiro turno: licença-paternidade, tabelamento dos juros e uma série de outros fatos, inclusive até a anistia que foi dada aos pequenos e microempresários. Sabemos que toda a sociedade reclama isso, e com justiça. Isso seria, digamos assim, a oficialização de um calote que ninguém pode acei-

tar como bom, principalmente como matéria constitucional.

Não posso aceitar que sejam tabelados os juros, de uma forma irreal, a 12% ao ano, quando sabemos que a própria inflação supera isso. Isso é uma oferta de mercado que tem de ser analisada com mais profundidade. Não será a Constituição que vai limitar, *in limine*, os juros ou arbitrar. O voto aos 16 anos é um avanço? Sim. Muita outra coisa terá de ser acrescentada nessa liberação do voto aos 16 anos. Primeiro, porque não é um voto obrigatório, descaracterizando aquele voto que o maior de 18 anos já tem. Por isso, acho que temos de parar, pensar e retirar aquilo que disse, repito, foi feito em cima de um projeto eleitoral e de alguma coisa demagógica.

JC — Deputado, qual a sua opinião sobre a reforma tributária aprovada pela ANC, que o governo pretende agora modificar substancialmente?

Geovah Amarante — Não concordo, absolutamente, se é que está sendo feita essa colocação do governo. Acho que a reforma tributária é uma luta dos governos estaduais e municipais. Chega de termos em Brasília prefeitos de pires na mão, que, às vezes, não tendo o que gastar, têm de fazer investimentos e gastos enormes com passagens e estadas para aqui vir buscar o apoio de um deputado, e, através do ministério, liberar 1 ou 2 milhões de cruzados, quando a sua despesa, às vezes, ultrapassa esse volume.

Então, não dá para entender quando um município — a exemplo de grandes municípios que há em todo o país, no caso do meu estado, Santa Catarina, como Joinville, Blumenau e outros tantos, que arrecadam muito mais do que recebem em benefícios do governo federal — tenha de se manter e se ater com pires na mão fazendo acordos às vezes não muito corretos para buscar algum apoio em Brasília. Por esta razão, acho que a reforma tributária, que foi discutida, votada e aprovada para vigorar a partir de 1990, tem toda razão de ser.

Temos de convir também que depois disso o governo federal terá de repassar esses encargos que haverão de vir com a reforma tributária. Não é só receber o dinheiro. Os encargos, fruto dessa reforma, também terão de ser assumidos pelos estados e municípios.

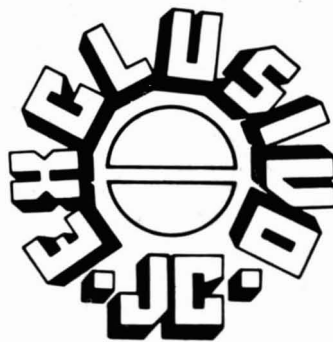
JC — Deputado, certos segmentos consideram a parte da ordem econômica muito estatizante. Outros, pelo contrário, acham que privilegia a iniciativa privada. Como vê a questão?

Geovah Amarante — Há colocações realmente de que uns, da boca para fora, advogam a privatização e, na hora de votar, votam pela estatização. Temos de ser um

ADIRP/Salustiano Pinto



Amarante: é crítico o momento político atual



Na essência, a Carta deverá ser perene e trazer a tranquilidade e a paz a todos quanto nela se apegam para viver neste país

país que tenha uma Constituição aberta, voltada a receber aqui os avanços e os investimentos que países mais ricos possam fazer e ter em nosso país, desde que regulados e controlados, não só pela Constituinte, mas pelas leis. Por isso, até concordo que em algumas das matérias votadas não houve avanços; houve até retrocessos que deverão ser analisados e votados no segundo turno.

Exemplo disso é no que diz respeito aos minérios, ao problema de terras. Ninguém é favorável que se faça uma devastação e se deprede *in totum* aquilo que é uma reserva nossa, digamos assim. Mas também ninguém quer que, por falta até de recursos, se possa ter um retrocesso. Se pudermos associar, e devemos associar, através

de leis e de apoio, uma configuração em que tanto o país em que vivemos, o Brasil, como aqueles que aqui querem investir tranquilamente possam fazer, repito, essa unidade de pensamento, essa força total para que isso ocorra será melhor para nós. Só temos a ganhar. Carecemos de recursos. Não temos tecnologia. E se não abriremos, regulando o avanço e o investimento dessa tecnologia e desses recursos, não poderemos ter melhores avanços.

JC — O deputado falou que a Constituição está sendo criada para durar. Muitos acham que ela está muito extensa e prefeririam uma Carta de princípios.

Geovah Amarante — Acho que esta Constituição — vamos ver o segundo turno — está sendo muito explícita. Ela está entrando em matérias que deveriam ser regidas por outra lei e que não deveriam fazer parte do texto constitucional. Mas disse eu, há pouco, que alguns atos e alguns fatos demagógicos ou eleitorais fizeram com que isso fosse incluído. Há, inclusive, um artigo nessa Constituição que diz que ela deverá ser revista passados cinco anos. Cinco anos é um bom prazo para que possamos revê-la, tendo em vista que vivemos hoje um momento de transição e, a exemplo de outros países que passaram por esses momentos, ela tem que ser revista.

Mas, na sua essência, a Constituição que está sendo elaborada deverá ser perene e se ater principalmente àqueles artigos, itens e capítulos que regem como um todo os benefícios, e deverá trazer a tranquilidade e a paz duradoura a todos quanto nela se apegam para viver neste país.

JC — Houve a descoberta de uma bacia petrolífera que está sendo disputada pelos estados de São Paulo, Santa Catarina e Paraná. Quem tem razão?

Geovah Amarante — Isso é um assunto que está sendo discutido a nível de governo e de IBGE. Por razões outras e até por convicção própria, pessoal, acho que esse poço se situa, até por questões de passado, nas áreas territoriais do mar catarinense. Santa Catarina, apesar de ser um estado perfeitamente estruturado, sem trazer, jamais, um problema sequer à União, às vezes, se não pela omissão, mas até pela modéstia, tem pago um preço muito alto em função dessa omissão e dessa modéstia. Acho que chega disso.

Aqui estamos alerta, já nos movimentamos e nos manifestamos a respeito, em conjunto com outros companheiros parlamentares, junto ao governo do estado, para alertar o governo federal de que não aceitaremos outra decisão que não aquela que garanta que esse poço petrolífero venha a ser explorado em margens territoriais catarinenses, até por uma questão de lógica.

JC — Que análise faz do momento político atual?

Geovah Amarante — Crítico, difícil. Acho que em época alguma passamos momentos tão difíceis. Estou voltando de minha base, e as lamúrias que temos sentido são enormes e preocupantes. Lamentavelmente, aquilo que sempre foi uma característica do povo brasileiro, ele a está perdendo ou a perdendo, que é a esperança. Nada pior para um povo e para um país do que a desesperança. Nós temos a responsabilidade e temos que ter o compromisso de devolver a paz e a esperança a este povo brasileiro sofrido. O que está ocorrendo ainda é fruto de um momento difícil por que passou o país ao longo de 20 anos, em termos de arbítrio, de dificuldades, em termos de ditadura; neste momento, passados 20 anos, a transição, essa ponte, que Trancredo Neves tão bem definiu, tem que ser ultrapassada, mas com dificuldade e com um preço muito alto.

Não quero, aqui, culpar ninguém e muito menos o governo, que não é culpado de tudo isso que está aí. Ele também herdou uma herança maldita daqueles que governaram o país de uma forma irresponsável ao longo de 20 anos. Acho que temos que ser consequentes, conscientes e responsáveis agora para, juntos, buscarmos uma saída, uma solução, que traga de volta a esperança, a tranquilidade e a paz a todos quanto as busquem no território brasileiro.

JC — Corrigidos os excessos que aponta o deputado no atual texto, que Constituição teremos após a promulgação da nova Carta?

Geovah Amarante — Uma Constituição que servirá de exemplo e que servirá a todos os brasileiros. Uma Constituição avançada, voltada ao social. Acho que conseguiremos isso e aqueles que não acreditam, ou que não acreditaram, começarão a acreditar se fizerem uma análise daquilo que foi votado. Lamentavelmente, muitos apenas se voltam para pequenos e alguns erros de somenos importância ou alguma coisa votada não muito grande, muito responsável, mas, no todo, a Constituição foi avançada e vai atender a todos nós brasileiros, felizmente, porque estamos preocupados com essa atenção e com esse benefício que o povo brasileiro possa ter através de uma Carta Magna.



A direção da CEBRACAN, empossada na oportunidade, e seu lema: Desenvolvimento com Soberania.

Empresários apóiam o projeto

Com a presença de cerca de 100 empresários, representantes das 28 entidades de classes empresariais e quase 80 constituintes, que transformaram o ato numa manifestação de apoio ao texto da futura Constituição em votação pela Assembléia, foi instalada, no último dia 27, no auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados, a Câmara das Empresas Brasileiras de Capital Nacional — CEBRACAN.

A nova entidade foi constituída com a adesão de empresários brasileiros dos setores de informática, biotecnologia, química fina, transportes e distribuição de derivados de petróleo, cooperativas agrícolas e empresas de medicina de grupo que defendem a concessão de incentivos fiscais e estímulos creditícios, proteção especial e preferência nas compras efetuadas pelo governo às empresas de capital nacional.

“Os empresários brasileiros não querem banir as multinacionais de nosso país. Pelo contrário, defendemos a necessidade de atrair capital e tecnologia estrangeira. Não podemos prescindir das empresas estrangeiras mas fazemos questão de colocar as coisas nos seus devidos lugares” — diz o manifesto de criação de CEBRACAN, lido durante a solenidade de instalação. O clima da reunião era dado também pelas faixas espalhadas pelo auditório Nereu Ramos: “Desenvolvimento com soberania”, dizia uma delas; “Brasil para os brasileiros”, estava escrito em outras.

APOIO

Diversos partidos políticos manifestaram seu apoio à nova entidade de representação empresarial. Em nome do PSDB, o líder Mário Covas (SP) disse que a criação da Câmara das Empresas Brasileiras de Capital Nacional tem a sua simpatia e que a entidade deve ter papel importante na decisão que o Brasil tem de tomar sobre os rumos de seu futuro. O líder do PCB, Roberto Freire (PE), também saudou a iniciativa de defesa dos interesses nacionais, embora ressaltando que ele, pessoalmente, defende o socialismo como a melhor solução para o país.

O prefeito Saturnino Braga, do Rio de Janeiro, defendeu a mobilização dos setores da sociedade para a reversão do quadro de miséria

no país e pediu que a CEBRACAN auxilie nesse sentido. O deputado Nilton Friedrich (PSDB — PR), o senador Severo Gomes (PMDB — SP), o deputado José Carlos Coutinho (PL — RJ) e o deputado Luiz Salomão (PDT — RJ), entre outros constituintes, discursaram na oportunidade, ressaltando a necessidade de elaboração de um projeto econômico e político para o Brasil, o qual assegure o fortalecimento do mercado interno e delimite as condições e os espaços para a empresa privada nacional e para o capital estrangeiro.

MINERAÇÃO

O deputado Nilton Friedrich, da Frente Parlamentar Nacionalista, que é um dos articuladores da criação da CEBRACAN, arrancou aplausos do Plenário quando defendeu um novo projeto nacional e exibiu, para espanto dos

presentes, um volumoso conjunto de formulários de computador, explicando: “Aqui estão as autorizações de lavra e mineração concedidas a um único grupo estrangeiro.” Ele criticou a propaganda maciça das multinacionais pela televisão e mostrou uma fita de vídeo que havia recebido dos promotores da divulgação.

Já o senador Severo Gomes (PMDB — SP) fez rir os empresários presentes quando criticou a idéia defendida por um executivo de empresa estrangeira de que os brasileiros precisam aprender com os estrangeiros a tocar a economia, da mesma forma que o lutador Maguila será treinado por um técnico norte-americano para enfrentar o campeão mundial dos pesos-pesados, Mike Tyson. “No máximo, o brasileiro vai ganhar um bom cachê” — ironizou o senador.

CONFIANÇA

Luiz Salomão arrancou aplausos quando pediu um crédito de confiança no Brasil, “a fim de liquidar o mito de que este país não é sério e nem tem futuro”. Raquel Cândido falou sobre a presença das multinacionais no setor mineral e pediu novas regras para ele. José Carlos Coutinho (PL — RJ) fez votos de sucesso à Câmara das Empresas Brasileiras de Capital Nacional, que visa a dar voz às empresas que não têm nas confederações e federações existentes canal para a defesa de seus interesses e denunciou o boicote da grande imprensa à articulação dos nacionalistas.

Durante a cerimônia, usaram a palavra ainda, o presidente do Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e à Média Empresa — CEBRAE, ex-deputado Paulo Lustosa, que saudou a presença de pe-

quenas e médias empresas na entidade, e ainda o ex-secretário de Tecnologia Industrial do Ministério da Indústria e do Comércio, professor Bautista Vidal.

DIREÇÃO

O vice-presidente da Associação Fluminense da Pequena e Média Empresa — FLUPEME, Luiz Otávio Athayde, foi empossado presidente da Câmara das Empresas Brasileiras de Capital Nacional. Em pronunciamento na oportunidade ele defendeu a soberania da Constituinte e pediu apoio ao projeto de Carta, enfatizando, sobretudo, os avanços sociais nele contidos. “Temos o dever, como empresários conscientes de nosso papel no desenvolvimento político, econômico e social do país, de lutar pelo projeto da nova Constituição”, disse ele.

Foram empossados também os dois vice-presidentes da CEBRACAN: Roberto Oliveira de Sá, da Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Nacionais — ALANAC, e Alvaro Faria, do Sindicato Nacional de Comércio, Transportadores e Retalhistas de Óleo Combustível, Óleo Diesel e Querosene — TRR. A Secretaria-Geral ficará com Pedro Ynterian, da Associação Brasileira da Indústria de Produtos para Laboratório — ASSIBRAL.

INTEGRANTES

Mais de 20 entidades representativas de empresas de capital exclusivamente nacional já aderiram à Câmara das Empresas Brasileiras de Capital Nacional, representando setores de alta tecnologia, cooperativas de produtores e mesmo áreas tradicionais como transportes, indústrias gráficas e construção civil.

No segundo turno de votações da Constituinte a entidade vai defender a manutenção da atual redação do art. 177, que define empresa nacional e lhe assegura reserva de mercado, proteção temporária, apoio creditício e financeiro para concorrer com o capital estrangeiro e ainda preferência nas compras de bens e serviços efetuados pelo governo. Também o art. 222, do capítulo da Ciência e Tecnologia, deve ser mantido como está, segundo os integrantes da Câmara.

O manifesto da CEBRACAN

A formação da Câmara das Empresas Brasileiras de Capital Nacional deve-se a uma exigência da sociedade brasileira, porque nenhuma entidade de classe está realmente apta a defender os genuínos interesses do empresariado nacional. Paradoxalmente, as organizações empresariais que deveriam fazê-lo estão intimamente comprometidas com o capital internacional e dedicam-se ao fortalecimento do lobby das multinacionais, que pretende alterar o texto aprovado no primeiro turno da Constituinte.

Algumas observações se fazem necessárias sobre os princípios que norteiam os objetivos da CEBRACAN. Os empresários brasileiros não querem banir as multinacionais de nosso país. Pelo contrário, defendemos a necessidade de atrair capital e tecnologia estrangeira, para complementar o processo de desenvolvimento da nação. Não podemos prescindir das empresas estrangeiras, mas fazemos questão de colocar as coisas nos seus devidos lugares.

O lobby montado pelo capital estrangeiro está tentando provar que os constituintes brasileiros são xenófobos e retrógrados. Que o país, com o texto já aprovado na Constituinte, se tornaria ingovernável. Será que os nossos constituintes são incompetentes?

Os defensores do capital estrangeiro querem demonstrar que os par-

lamentares erraram grosseiramente ao aprovar dispositivos que defendem os interesses das empresas brasileiras e do próprio país. Seu principal argumento é a pretensa internacionalização da economia mundial. Segundo o milionário programa exibido em rede nacional de televisão, a Constituinte estaria fechando a economia brasileira, enquanto o resto do mundo se dedica a abrir as portas para um futuro radioso e sem barreiras industriais e comerciais.

Esse argumento é absolutamente falso e ardiloso. Não existe essa internacionalização da economia. Vejamos o exemplo do Mercado Comum Europeu, que deve ser seguido pelo Brasil. Assim como eles se organizam na Europa, precisamos nos organizar na América Latina. O objetivo das nações européias não é se entregarem às multinacionais, mas defenderem a própria economia.

Como todos sabemos, países não têm aliados, têm apenas interesses. Esta dura realidade não se derruba com argumentos fantasiosos, espalhados num tendencioso programa de televisão. Dizer que as economias da China e da União Soviética estão se internacionalizando, enquanto o Brasil estaria prestes a expulsar o capital estrangeiro, como se tenta fazer crer, é uma afirmação irresponsável, que menospreza a inteligência do povo brasileiro e, sobretudo, dos constituintes.

É preciso que a opinião pública brasileira se conscientize de que a Constituinte não está inovando ao defender as empresas de capital nacional. Pelo contrário, trata-se de reunir no texto constitucional as normas que existem desde a década de 60.

O que os constituintes decidiram, demonstrando elevado espírito público e patriotismo, foi dar preferência às empresas nacionais na aquisição de bens e serviços pelo poder público. E seria de se estranhar caso não tivessem tomado tal decisão, pois se trata de um princípio consagrado mundialmente. Preferência não significa exclusividade.

Os constituintes concederam proteção e benefícios especiais, de caráter temporário, para que as empresas nacionais desenvolvam atividades imprescindíveis para o desenvolvimento da nação. É o mínimo que se pode esperar que os políticos brasileiros façam por seu país. As Forças Armadas defenderam princípios nacionalistas no primeiro turno, e temos certeza de que contaremos com seu apoio na fase decisiva da Constituinte.

Em nenhum país do mundo os setores estratégicos podem ficar sob controle externo. O empresário brasileiro está disposto a assumir suas responsabilidades com a nação. Nosso objetivo é reabilitar o Brasil. Nosso partido é o Brasil.



ADIRP/Castro Júnior

Plataforma da mulher tem 11 pontos-chave

O Movimento Nacional das Mulheres e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher estão em plena campanha pela manutenção dos direitos conquistados pelo sexo feminino no primeiro turno da Constituinte. A vigília cívica feminista, sob o sugestivo "slogan" *Filho não é só da mãe*, considera inegociáveis onze itens do texto do projeto da nova Carta: a licença maternidade de 120 dias, licença paternidade de oito dias, proibição de diferença salarial entre homens e mulheres, creche nas empresas, educação gratuita para crianças de zero a seis anos, igualdade de direitos e deveres entre homem e mulher, igualdade na sociedade conjugal, reconhecimento da união estável como entidade familiar, direito de posse à terra também à mulher, direitos trabalhistas e previdenciários da empregada doméstica e garantia de mecanismos para coibir a violência em casa.

Com muito bom humor e o charme natural, as mulheres entoaram músicas, pregaram cartazes e fizeram grande movimentação no prédio da Constituinte, chamando a atenção para seus problemas. Para elas, não basta um dia de licença paternidade como assegura a CLT: "Manter um dia significa estagnar, significa reduzir a participação do homem na chegada do filho à tarefa burocrática de registrá-lo", diz o documento das mulheres.

Elas argumentam ainda que a licença maternidade de 120 dias é essencial para assegurar condições à mulher trabalhadora de exercer a maternidade, além de garantir desenvolvimento mais saudável às crianças nos seus primeiros meses de vida. "A maternidade — enfatizam — não é uma estação de lazer.

Até a votação dos dispositivos que lhes interessam, as mulheres vão intensificar a mobilização, visando a sensibilizar todos os constituintes para a garantia dos avanços e conquistas obtidas na primeira rodada de votações.



Artistas pedem justiça social

Os artistas, técnicos e os produtores da área cultural, em ofício aos constituintes, reivindicam a manutenção no texto da Carta dos direitos individuais, coletivos e sociais, previdência social e de educação, em benefício das classes menos favorecidas

ADIRP/Castro Júnior



Pequena e média empresas

Os dirigentes da Associação Fluminense da Pequena e Média Empresa — Flupeme — defenderam modificação na anistia aos microempresários urbanos e aos míni e pequenos produtores rurais aprovada pela Constituinte. O presidente da entidade, Benito Dias Paret, e o vice-presidente Luis Otávio Athayde levaram ao deputado Ulysses Guimarães proposta para que a dívida seja repactuada de acordo com os juros vigentes à época em que foi contraída, com o seu parcelamento em 36 meses.



Emendas e destaques reabrem discussão do texto

Logo após a divulgação do parecer do relator Bernardo Cabral (PMDB — AM) sobre as 1.844 emendas apresentadas ao texto aprovado em primeiro turno, teve início o prazo para a apresentação dos "destaques", dispositivo regimental que permite a votação em separado de partes do projeto ou de emendas recusadas pelo relator. Durante dois dias, 1.744 destaques foram apresentados, o que faz prever muita disputa no segundo turno de vota-

ções. A secretaria dos trabalhos, além de numerar os destaques, os separou por artigo e pelo nome de seus respectivos autores, facilitando a seleção no momento da votação. Segundo as estatísticas, o dispositivo que recebeu maior número de destaques foi o que estabelece a aposentadoria por tempo de serviço aos 30 anos de trabalho para o homem e 25 anos de trabalho para a mulher.

ADIRP/Reynaldo Stavale



Reforma agrária na pauta

O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura — Contag, José Francisco da Silva, levou ao presidente Ulysses Guimarães uma caravana de agricultores de todo o Brasil para lhe pedir apoio na votação dos dispositivos que tratam da reforma agrária, no segundo turno da Constituinte. Acompanhado pelo deputado Plínio Arruda Sampaio (PT — SP), os agricultores disseram que vão lutar para suprimir do texto o dispositivo que impede que a reforma agrária atinja terras produtivas.